

Veículo: Site Martagão Gesteira	
Data: 16/09/2020	Caderno: Notícias



CAMPANHA NOTA PREMIADA SEGUE AJUDANDO INSTITUIÇÕES COMO O MARTAGÃO E O NACCI

A campanha da Nota Premiada Bahia segue ajudando instituições como o Martagão Gesteira. Realizada pela **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)**, a ação permaneceu colaborando com as instituições, mesmo durante o período em que não houve sorteios.

Os participantes da campanha continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas são revertidas em repasses, que são distribuídos entre as entidades ativas no programa.

Agora, as pessoas podem ajudar duas instituições que cuidam de crianças de uma só vez. É que o Martagão e o Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil (Nacci) estão juntos nessa etapa da campanha. Para contribuir, basta se cadastrar no programa.

Quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, que pode ser o Martagão e o Nacci, na área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar. É importante incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota, para ajudar aos pacientes de instituições que trabalham em prol da saúde da criança.

Veículo: Estadão	
Data: .17.09.2020	Caderno: Economia



Gestão pública de 13 Estados fica mais ineficiente, aponta ranking

Nova edição do Ranking de Competitividade dos Estados analisa o desempenho dos entes federativos em dez pilares, como Educação e Segurança; líder no ano passado, DF caiu para a 14^a posição em eficiência

Guilherme Guerra e Thaís Barcellos, O Estado de S.Paulo

17 de setembro de 2020 | 05h00

Na mira da **reforma administrativa**, a máquina pública de doze Estados e do **Distrito Federal** se tornou mais ineficiente, segundo a nova edição do **Ranking de Competitividade dos Estados**. Esse desempenho é medido por índices como o de oferta de serviços digitais e de transparência. O ranking é elaborado pelo **Centro de Liderança Pública (CLP)**, pela **Economist Intelligence Unit** e pela **Tendências Consultoria Integrada**.

O caso do DF é emblemático: de líder no ano passado, caiu para 14.^o em eficiência. Na lanterna, **Roraima** e **Piauí** perderam duas colocações. Santa Catarina ganhou destaque positivo, saltando seis lugares e se estabelecendo na primeira colocação.

De acordo com o CLP, o quesito de eficiência da máquina pública trouxe mudanças na sua composição com a inclusão de três novos indicadores: **Qualidade da Informação**

Contábil e Fiscal, Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário e Oferta de Serviços Públicos Digitais. Junto a eles estão o custo dos Três Poderes em relação ao **Produto Interno Bruto (PIB)**, a **Eficiência do Judiciário** e o **Índice de Transparência.**

O **chefe de Competitividade do CLP, José Henrique Nascimento**, explica que o DF costuma se beneficiar nessa categoria, mas a inclusão dos novos indicadores deu mais clareza à avaliação. O ente tem baixa qualidade em informação contábil e fiscal (22.º) e desempenho mediano em oferta de serviços digitais (14.º). “O DF é o menos comparável no contexto brasileiro devido às menores responsabilidades administrativas. É um ente federativo minúsculo com riqueza gigantesca. Deveria ser o mais avançado”, diz.

Em outro pilar, de **Solidez Fiscal**, o ranking mostra que, além de ineficiente, a máquina é cara, reforçando as discussões em torno da reforma administrativa. No **Brasil**, em média, 64% da **Receita Corrente Líquida (RCL)** está comprometida com o funcionalismo, ativo ou inativo. O **Rio Grande do Norte** é o campeão de gastos brutos, com 83% da RCL. Já o **Espírito Santo**, líder na categoria de Solidez Fiscal, tem a folha mais enxuta, com cerca de 50%. O **Rio Grande do Sul** continua na última colocação.

O Ranking de Competitividade dos Estados 2020 é a 9.ª edição do levantamento. Com 73 indicadores separados em 10 pilares, o objetivo é gerar diagnósticos para ajudar na tomada de decisões de políticas públicas. “O material serve para dar suporte para ver o que precisa ser

destravado e para criar políticas baseadas em evidências”, explica **Tadeu Barros, diretor de operações do CLP.**

Além desses os outros pilares são **Segurança Pública, Sustentabilidade Social, Infraestrutura, Educação, Capital Humano, Inovação, Potencial de Mercado e Sustentabilidade Ambiental.**

Este ano, o ranking trouxe poucas novidades na classificação geral. **São Paulo** segue como o mais competitivo, seguido de **Santa Catarina** e **Distrito Federal**. O **Rio de Janeiro** saiu do Top 10, agora em 11.º, trocando de lugar com o **Ceará**, o mais bem classificado do **Nordeste**. **Maranhão** deixa a vice-lanterna e se posiciona em 23.º. O **Acre** está em último nesta edição.

Ranking de eficiência da máquina pública

Distrito Federal caiu 13 posições e Rondônia e Amazonas tiveram salto de 11 e 12 posições



FOLHA DE S.PAULO

Socorro a estados e municípios teve distribuição desigual e sem relação com pandemia

[Trabalho destaca ainda queda na receita dos principais tributos nessas esferas de governo](#)

16.set.2020 às 18h50 Atualizado: 16.set.2020 às 21h06

São Paulo

O programa de socorro a estados e municípios para enfrentamento da pandemia apresentou resultados desiguais entre esses entes da Federação. Enquanto algumas administrações receberam recursos mesmo sem ter tido perda de arrecadação, outras não receberam dinheiro suficiente para compensar a queda nas receitas. Esse foi o caso de oito estados, incluindo os quatro do Sudeste, e três capitais.

Além disso, a distribuição de recursos não teve ligação com as necessidades desses locais para enfrentar a pandemia, quando se considera a relação entre transferências e locais com maior número de mortes por habitante.

As conclusões são parte de uma nota técnica da [Rede de Pesquisa Solidária](#), que reúne pesquisadores de instituições públicas e privadas, como a Universidade de São Paulo, o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e a Fundação Getúlio Vargas, com base nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária para o 1º semestre de 2019 e de 2020. Os dados foram atualizados pela inflação do período.

[Projeto de lei complementar aprovado em maio deste ano](#) criou o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, que destinou o valor fixo de R\$ 60 bilhões da União para estados e municípios de forma a compensar perdas de arrecadação, em quatro parcelas, pagas de junho a setembro. A divisão da maior parte do dinheiro foi vinculada ao tamanho da população.

De acordo com a lei, a destinação de R\$ 50 bilhões é livre. Os outros R\$ 10 bilhões devem ir obrigatoriamente para saúde e assistência. Desse valor, apenas R\$ 2,8 bilhões seguem critério que considera a taxa de incidência da Covid-19 apurada pelo Ministério da Saúde (o restante também depende do tamanho da população). Para os pesquisadores, uma possível extensão do programa deveria levar em conta uma distribuição mais equilibrada dos recursos.

“Se houver, e há uma pressão para que no ano que vem haja também algum tipo de socorro, não faz sentido manter um critério que não foi o mais justo. Precisa repensar se a calibragem não pode ser mais focada, mais justa, mais eficiente e equânime”, diz a coordenadora do trabalho, Ursula Dias Peres, professora de Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP (Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo).

“[Houve um temor da União de que, ao criar um critério ajustado pela perda de receita, ela ficasse comprometida com uma grande transferência](#), porque todo o mundo falava que a queda na arrecadação seria muito brutal. Achou-se por bem definir um valor fixo, mas isso não permitiu um ajuste para garantir equidade entre estados e capitais.”

A maioria das capitais recebeu transferências federais maiores que as perdas na arrecadação (considerando as principais fontes de receita) no semestre. As exceções foram Florianópolis (SC), Rio de Janeiro (RS) e João Pessoa (PB). Na média, as receitas cresceram 4% no semestre. Se considerado apenas o terceiro bimestre, período em que a arrecadação foi mais afetada pela pandemia e em que foi paga a primeira parcela do socorro, houve estabilidade na receita corrente líquida.

Oito estados não conseguiram compensação pelas perdas: São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Ceará. Os dois primeiros, no entanto, foram os mais beneficiados por outra medida, a suspensão do pagamento das dívidas com a União, já que estão entre os maiores devedores em valores absolutos. Na média, os estados mantiveram as receitas no semestre, mas tiveram queda de 3,6% em maio e junho.

mercado

Ajuda a estados na pandemia tem distribuição desigual

Parte dos entes recebe sem ter tido perda e usa socorro para manter a máquina

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O programa de socorro a estados e municípios para enfrentamento da pandemia apresentou resultados desiguais entre esses entes da Federação. Enquanto algumas administrações receberam recursos mesmo sem ter tido perda de arrecadação, outras não obtiveram dinheiro suficiente para compensar a queda nas receitas.

Esse foi o caso de oito estados, incluindo os quatro do Sudeste, e três capitais.

Além disso, a distribuição de recursos não teve ligação com as necessidades desses locais para enfrentar a pandemia, quando se considera a relação entre transferências e locais com maior número de mortes por habitante, e parte do dinheiro foi usada para pagar servidores, aposentadorias e despesas de manutenção da máquina.

As conclusões são parte de uma nota técnica da Rede de Pesquisa Solidária, que reúne pesquisadores de instituições públicas e privadas, como a USP, o Cebrap e a FGV, com base nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária para o 1º semestre de 2019 e de 2020. Os dados foram atualizados pela inflação do período.

Projeto de lei complementar aprovado em maio criou o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, que destinou o valor fixo de R\$ 60 bilhões da União para estados e municípios de forma a compensar perdas de arrecadação, em quatro parcelas, pagas de junho a setembro. A divisão da maior parte do dinheiro foi vinculada ao tamanho da população.

De acordo com a lei, a destinação de R\$ 50 bilhões é livre. Os outros R\$ 10 bilhões devem ir obrigatoriamente para saúde e assistência. Desse valor, apenas R\$ 2,8 bilhões seguem critério que considera a taxa de incidência da Covid-19 apurada pelo Ministério da Saúde (o restante também depende do tamanho da população).

Para os pesquisadores, uma possível extensão do programa deveria levar em conta uma distribuição mais equilibrada dos recursos.

"Se houver, e há uma pressão para que no ano que vem

haja também algum tipo de socorro, não faz sentido manter um critério que não foi o mais justo. Precisa repensar se a calibragem não pode ser mais focada, mais justa, mais eficiente e equânime", diz a coordenadora do trabalho, Ursula Dias Peres, professora de gestão de políticas públicas da EACH/USP (Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo).

"Houve um temor da União de que, ao criar um critério ajustado pela perda de receita, ela ficasse comprometida com uma grande transferência, porque todo o mundo falava que a queda na arrecadação seria muito brutal. Achei-se por bem definir um valor fixo, mas isso não permitiu um ajuste para garantir equidade entre estados e capitais."

A maioria das capitais recebeu transferências perdidas maiores que as perdas na arrecadação no semestre. As exceções foram Florianópolis (SC), Rio e João Pessoa (PB). Na média, as receitas cresceram 4% no semestre. Se considerado apenas o primeiro bimestre, período em que a arrecadação foi mais afetada pela pandemia e em que foi paga primeira parcela do socorro, houve estabilidade na receita corrente líquida.

Oito estados não conseguiram compensação pelas perdas: São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Ceará. Os dois primeiros, no entanto, foram os mais beneficiados por outra medida, a suspensão do pagamento das dívidas com a União, já que estão entre os maiores devedores em valores absolutos.

Na média, os estados mantiveram as receitas no semestre, mas tiveram queda de 5% em maio e junho.

"A suspensão do pagamento das dívidas é um auxílio ainda mais desigual, até mais do que o das transferências, bem concentrado em alguns poucos estados e capitais. Também são recursos livres, que escapam de qualquer tipo de vinculação", afirma Fábio Pereira dos Santos, assessor da Câmara Municipal de São Paulo que também participou da elaboração do trabalho.

Outro ponto destacado pelos pesquisadores é que o socorro não foi vinculado a despesas específicas.

Quando a receita tem como origem a arrecadação de impostos, há percentuais de aplicação obrigatória em saúde e educação.

No caso da saúde, o trabalho mostra que as despesas subiram 10% nas capitais e 16% nos estados em relação ao primeiro semestre do ano passado, um gasto extra de R\$ 8,7 bilhões no total.

Na educação, caíram cerca de 5% nos dois tipos de localidade (-R\$ 3,9 bilhões). Os dois

movimentos estão relacionados ao aumento da demanda por serviços hospitalares e ao fechamento das escolas.

Também cresceram as despesas com servidores ativos e inativos — aumento de 5%, ou R\$ 4,3 bilhões no gasto das previdências estaduais.

Nas contas das capitais, também se destacou o crescimento de 7% na despesa com transportes (mais R\$ 199 milhões) por causa da compensação com o subsídio maior devido à queda no movimento de passageiros.

O trabalho destaca ainda a queda na receita dos principais tributos nessas esferas de governo. Nos estados, houve redução de 8% no ICMS, principal tributo estadual, no terceiro bimestre, e queda de 6% no semestre, ambos em relação ao mesmo período de 2019.

Nas capitais, houve queda de 20% do ISS (imposto municipal sobre serviços) no bimestre, mas apenas 2,6% no semestre.

Os tributos sobre propriedade sofreram mais. Houve queda de 27% no ITBI, que tributa transferência de imóveis, no bimestre (-15% no semestre).

No IPVA, que tem receita mais estável em razão dos veículos usados, mas também é afetado pelos novos licenciamentos, houve redução de 7,5% no bimestre (-3% no semestre).

Três das quatro parcelas do programa serão pagas no segundo semestre, período em que o comportamento das receitas é considerado incerto pelos pesquisadores. Por isso, eles afirmam que ainda cedo para concluir que o dinheiro será suficiente para cobrir as perdas.

"Ainda precisaria de, pelo menos, mais um bimestre para ter uma visão da necessidade [de mais recursos]", afirma a coordenadora do estudo.

"Se o ICMS e o ISS demorem muito a reagir, provavelmente em outubro, novembro e dezembro vai se abrir um buraco nas contas de estados e capitais, afirma o assessor da Câmara Municipal de São Paulo.

"O auxílio parece, do ponto de vista global, relativamente suficiente para cobrir as perdas até setembro, mas o que vai acontecer depois a gente não sabe."



Se houver, e há uma pressão para que no ano que vem haja também algum tipo de socorro [a estados e municípios], não faz sentido manter um critério que não foi o mais justo. Precisa repensar se a calibragem não pode ser mais focada, mais justa, mais eficiente e equânime

Ursula Dias Peres
professora de gestão de políticas públicas da EACH/USP

Transferência não compensa queda de receita em todos os estados e capitais

Em R\$ milhões

Estados	Variação na receita no 1º semestre		Transferências recebidas
	Variação	Valor	
SP	-5.616		2.877
MG	-2.026		1.201
BA	-860		1.169
RS	-712		905
PE	-806		888
RJ	-1.947		852
PR	-1.048		787
CE	-775		728
PA	124		664
MA	-277		594
SC	-936		509
MT	371		471
GO	-568		465
AM	98		449
ES	-393		375
RN	-306		366
PB	-201		352
DF	-163		349
SE	-165		334
AL	-145		324
AC	-61		302
PI	-36		300
AP	-28		299
TO	-30		292
RO	-14		287
MS	308		247
RR	21		225

Capitais

Capitais	Variação na receita no 1º semestre		Transferências recebidas
	Variação	Valor	
São Paulo	-443		670
Rio de Janeiro	-496		319
Belo Horizonte	382		279
Fortaleza	-95		213
Curitiba	-154		199
Salvador	-91		186
Porto Alegre	-99		184
Goiânia	-75		142
Recife	-118		125
Teresina	-38		116
Maceió	-4		115
Belém	sem dados		109
Manaus	66		107
Campo Grande	-9		105
Cuiabá	-23		101
São Luís	-30		100
João Pessoa	-137		85
Natal	-55		75
Aracaju	-21		57
Boa Vista	4		45
Brasília	sem dados		44
Macapá	-24		39
Florianópolis	-37		34
Porto Velho	sem dados		34
Rio Branco	-8		31
Vitória	1		28
Palmas	-3		27

Fonte: Elaborado pelo grupo de pesquisa em orçamento da EACH/USP, com base nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária para o 1º semestre de 2019 e 2020

Bolsonaro almoça com evangélicos e reitera apoio a isenção de igrejas

Daniel Carvalho e Julia Chaib

BRASÍLIA Depois de vetar dispositivo que anulava dívidas de igrejas com a Receita Federal, em renúncia que se aproximaria de R\$ 1 bilhão, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) reuniu líderes parlamentares evangélicos em almoço no Planalto nesta quarta (16).

A intenção foi apaziguar os ânimos e não perder o apoio da bancada da Bíblia, que reúne 105 dos 513 deputados e 8 dos 81 senadores.

Além de congressistas e ministros, participaram do encontro o bispo JB Carvalho, da Comunidade das Nações, o apóstolo Estevam Hernandes e a bispa Sônia Hernandes, da Igreja Renascer em Cristo.

Segundo deputados que participaram do evento, o almoço não era exclusivo para integrantes da bancada evangélica, mas se tratava de um dos encontros que o deputado Fábio Ramalho (MDB-MG) tem promovido frequentemente no Palá-

cio do Planalto, a pedido de Bolsonaro, para tentar aproximar-se de sua base aliada.

"Não tinha uma pauta, não tinha uma agenda", disse o deputado João Campos (Republi- cano) ao deixar o almoço.

De acordo com o deputado Sôstenes Cavalcante (DEM-RJ), a única fala de Bolsonaro sobre o assunto foi logo após a oração feita por JB Carvalho, que precedeu o almoço.

O deputado afirma que Bolsonaro apenas reiterou a nota que divulgou na noite de domingo (13) alegando que, tecnicamente, não podia sancionar a emenda que atendia ao pleito dos evangélicos, mas que defende a derrubada do veto.

Segundo Sôstenes, o presidente ainda disse que espera dos parlamentares a revisão do seu próprio ato.

"Por ele [Bolsonaro], sancionaria, mas teve a recomendação técnica para vetar parcialmente", disse o deputado.

O dispositivo vetado por Bolsonaro excluiu templos de qualquer denominação religiosa da lista de pessoas jurídicas sobre as quais a contribuição Social sobre Lucro Líquido).

O dispositivo vetado por Bolsonaro excluiu templos de qualquer denominação religiosa da lista de pessoas jurídicas sobre as quais a contribuição Social sobre Lucro Líquido).

O dispositivo vetado por Bolsonaro excluiu templos de qualquer denominação religiosa da lista de pessoas jurídicas sobre as quais a contribuição Social sobre Lucro Líquido).

demandado do grupo.

Eles, no entanto, dizem desprezar a iniciativa do governo. "Não temos nenhum interesse nisso", disse Cavalcante. "Temos agora que fazer o trabalho legislativo, derrubar o veto. Não tem outra alternativa."

Reforma tributária dá mais ao pobre que o Renda Brasil, diz autor

Thais Carranza

SÃO PAULO Uma reforma tributária ampla, como proposta nas PECs 45 e 110, que tramitam respectivamente na Câmara e no Senado, pode ter impacto maior para a população de baixa renda do que a criação do Renda Brasil — proposta de ampliação do Bolsa Família, abandonada na terça-feira (15) por ordem do presidente Jair Bolsonaro. Essa é a avaliação do economista e ex-deputado Luiz Car-

los Haully, autor da PEC 110, que participou nesta quarta-feira (16) de debate com Bernard Appy, diretor do CCFIF (Centro de Cidadania Fiscal) e idealizador da PEC 45.

A PEC 45 propõe unificar cinco impostos federais, estaduais e municipais (IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS) num único IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). A 110 estabelece a unificação de nove impostos (incluindo IOF, Papep, Cide-Combustíveis e Salário-Educação).

Na avaliação de Haully e Appy, há mais convergências do que divergências entre as duas propostas e é possível chegar a um acordo político entre elas. O diretor da CCFIF reconhece, porém, que, sem o engajamento do governo, uma aprovação fica mais difícil.

"Fica des preocupado, governo, porque o Renda Brasil vai sair da reforma tributária", disse Haully, durante sua participação no evento, promovido pelo Destrava Brasil. Ele destacou que em ambas as PECs está prevista a devolução de créditos para fami-

lias de baixa renda, via nota fiscal eletrônica nacional.

"O valor da devolução é muito maior que qualquer Renda Brasil, muito maior do que o programa Bolsa Família."

Na PEC 110, há ainda a previsão de desoneração para alimentos e bebidas. "São nas famílias de baixa renda, se você reduzir a alíquota de comida e remédio de 33% para 7%, que é a média de tributação internacional, vai dar um ganho no final do ano para quem ganha até dois salários mínimos de R\$ 1.900", estimou.

Segundo Appy, a estimativa da CCFIF é que a devolução de créditos via nota eletrônica na PEC 45 poderia ampliar o poder de compra dos 10% mais pobres em cinco pontos percentuais, considerando um modelo em que seriam beneficiados todos os cadastrados no Cadastro Único (cerca de 35% da população brasileira no pré-pandemia) e o imposto devolvido seja equivalente a todo o imposto da cesta básica, que seria reonerada na reforma da Câmara.

Decisão do STF sobre Cide abre espaço para Estados e municípios receberem R\$ 4,2 bi

Compensação envolve recursos que deixaram de ser repassados pela União entre 2004 e 2016

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

17/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Raul Velloso: parte dos Estados foi retirada na hora de renovar a DRU — Foto: Leonardo Rodrigues/Valor

Uma decisão de 28 de agosto do Supremo Tribunal Federal (STF) abre caminho para Estados, Distrito Federal e municípios reivindicarem R\$ 4,21 bilhões em compensações por recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) que deixaram de ser repassados pela União entre 2004 e 2016. Estimado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o montante se refere aos efeitos da Desvinculação de Receitas da União (DRU) incidente sobre a Cide-combustíveis no período.

Pelas contas da CNM, os municípios teriam a receber 25% (R\$ 1,05 bilhão) do total de compensações. A DRU surgiu em 1994 para permitir ao governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. A decisão do STF considerou inconstitucional um dos artigos da lei nº 10.336, de 2001, que instituiu a Cide-combustíveis. Ainda em 2004, uma alteração na lei permitiu que a desvinculação incidisse sobre os recursos arrecadados com a contribuição.

Em 2016, já com o percentual de desvinculação no patamar de 30%, uma liminar obtida pelo governo do Acre suspendeu a incidência da DRU sobre os valores arrecadados por meio da Cide-combustíveis. Com o julgamento do mérito da questão pelo STF, tudo aquilo que a União deixou de repassar a Estados e municípios terá de ser devolvido, sustenta Vanessa Siqueira, procuradora do Estado do Rio de Janeiro. A decisão não havia sido publicada até ontem.



“Cabe recurso até o trânsito em julgado, ou seja, até 15 dias após a publicação da decisão em ‘Diário Oficial’”, diz Vanessa, que vê apenas a possibilidade de “recursos protelatórios” para tentar frear os efeitos da decisão. A procuradora ocupa o cargo de subsecretária de Assuntos Jurídicos da Fazenda fluminense.

A Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro informou que aguarda a publicação do acórdão do STF e a apuração preliminar da Secretaria de Estado de Fazenda sobre os créditos devidos para “adoção das medidas cabíveis.”

Supervisora do núcleo de desenvolvimento econômico da CNM, Thalyta Alves conta que a confederação planeja levar a reivindicação sobre as compensações ao Ministério da Economia ainda neste mês. “A desvinculação foi prorrogada até 2023 para outras contribuições. Só foi suspensa no caso da Cide-combustíveis”, esclarece.

A emenda constitucional nº 42, de 2003, possibilitou a partilha da Cide com Estados, Distrito Federal e municípios, que dividiam 25% do montante arrecadado. No ano seguinte, esse percentual foi elevado para 29%, mas a DRU passou a incidir sobre a receita obtida com a contribuição.

Na prática, portanto, a parcela de 29% foi reduzida a 23,2% devido ao desconto decorrente da DRU. Ou seja, uma fatia de 5,8% dos repasses foi desvinculada.

Os municípios foram indiretamente afetados na medida em que recebem 25% dos repasses da Cide-combustíveis destinados aos Estados. A CNM estima que entre 2004 e 2015 - quando vigorava a DRU de 20% - deixaram de entrar nos cofres de Estados, Distrito Federal e municípios R\$ 3,67 bilhões em recursos da Cide.

Em 2016, com a DRU já num novo patamar de 30%, a perda calculada pela CNM foi de R\$ 539,88 milhões.

Um dos pais da DRU, o especialista em finanças públicas Raul Velloso conta que originalmente a desvinculação tinha o objetivo de gerar superávits primários que garantissem a capacidade da União de arcar com o serviço da dívida. “Não tinha nada a ver com a federação, com a questão do pacto federativo”, recorda. “Na hora de fazer a renovação [da DRU], tiraram essa parte que era dos Estados.”

Auxílio emergencial supera em 61% a perda na renda familiar, diz estudo

Só em 4 Estados e no DF benefício não compensou totalmente a queda da massa de rendimentos

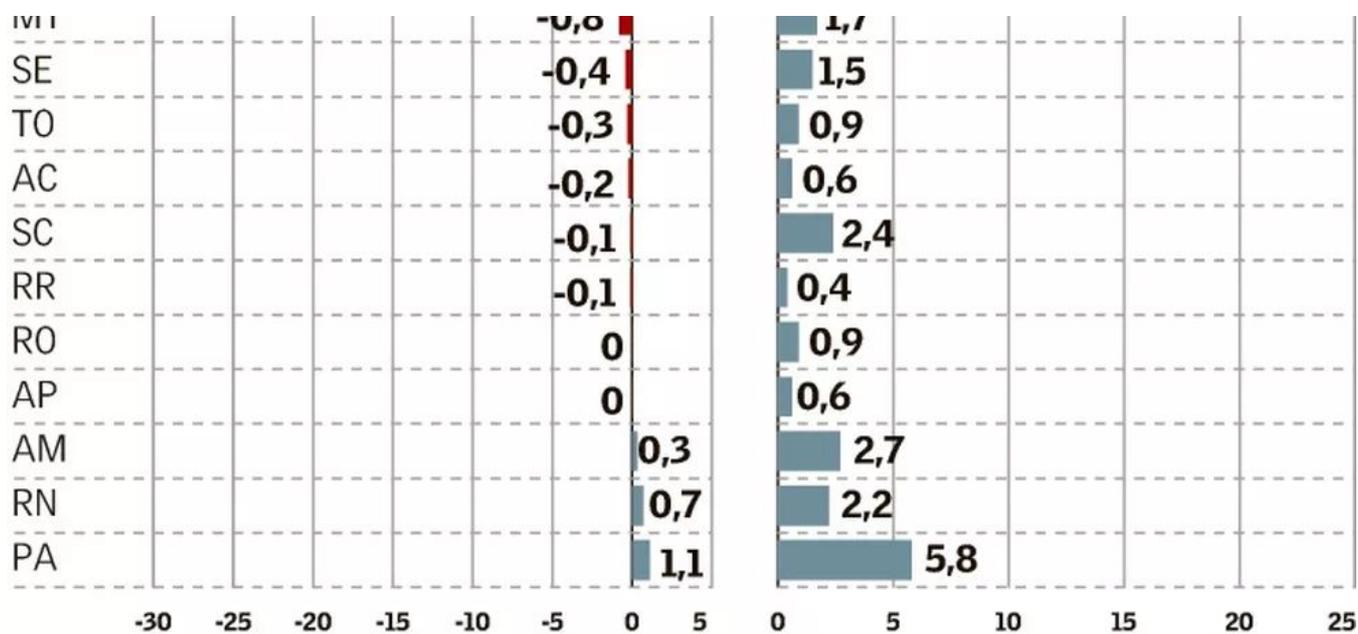
Por Marina Falcão — Do Recife

17/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Superdose?

Auxílio emergencial x perda de renda das famílias em bilhões de R\$



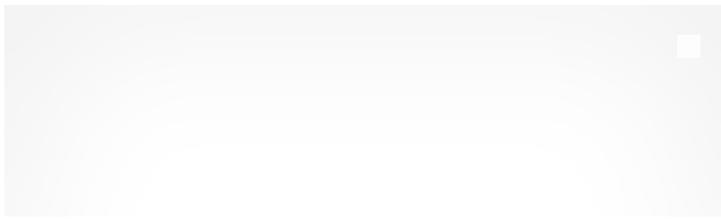


Fonte: Elaboração de Ecio Costa com dados da PNAD e da Caixa Econômica Federal

Com a resposta mais agressiva à pandemia entre os emergentes, o Brasil injetou na economia - apenas no segundo trimestre - um volume de recursos 61% superior a perda de renda das famílias no ano acumulado até julho. Somente em cinco unidades da federação (São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Mato Grosso e Distrito Federal), o montante do benefício distribuído não compensou totalmente a perda da massa de rendimentos.

Os dados fazem parte de um levantamento realizado pelos economistas Ecio Costa (UFPE) e Marcelo Freire (UFRPE). “Os números sugerem que houve um overshooting. Tentou-se matar um ratinho com uma bazuca”, avalia Costa.

Calculada pela Pnad, a massa de rendimentos inclui todos os trabalhadores com 14 anos ou mais - incluindo formais, informais e desalentados - que declararam ter tido rendimento no período da pesquisa. No acumulado até junho, a renda das famílias recuou R\$ 66,8 bilhões, enquanto o auxílio emergencial, segundo Caixa Econômica Federal, somou R\$ 108,3 bilhões no segundo trimestre.



O recuo da renda nos meses mais duros da pandemia remonta a dados de 2012, seu menor nível da série histórica. Em relação aos três primeiros meses do ano, a diminuição da renda das famílias no segundo trimestre foi de mais de 20% - na comparação anual, a queda foi de 12%.

Apesar disso, quatro Estados do Norte e Nordeste (Rio Grande do Norte, Pará, Amazonas e Amapá) passaram pelo trimestre com avanço da massa de rendimentos. A hipótese mais provável para esse fenômeno é que esses Estados não tenham feito fechamento da economia ("lockdown") tão severo, diz Costa, da UFPE. Além disso, diz, o peso de programas sociais na economia já era alto nessas regiões, onde, com exceção do Amazonas, há baixa penetração da indústria.

Costa considera que o auxílio emergencial chegou para quem precisa, mas com muita força. Dados das vendas o varejo já mostram recuperação do setor para os níveis pré-crise. Em categoria mais aquecidas, como alimentos e material de construção, há uma elevação abrupta de preços.

O estudo identificou regiões metropolitanas no Norte e Nordeste, que têm maior peso do auxílio emergencial sobre o PIB, que estão enfrentando inflação maior no segmento de alimentos e bebidas no acumulado do ano. Destaque para Salvador, com alta de 8,5% dos preços do segmento. Logo em seguida, aparecem Aracaju (avanço de 7,23%) e Fortaleza (7,03%).

Mesmo diante dessa correlação, Costa não considera que o Brasil esteja hoje ameaçado por uma inflação estrutural. "Ninguém planejava excesso de demanda em 2020 quando foi plantar soja e arroz. A oferta vai se ajustar, mas não é da noite para o dia", afirma.

No entanto, ele alerta que os movimentos inflacionários de curto prazo podem se acelerar no segundo semestre. Isso porque há uma tendência de recuperação da

massa de rendimentos até o fim do ano com a abertura da economia e, em paralelo, o governo continuará injetando recursos, ainda que em menor volume, com o restante das parcelas do auxílio emergencial.

Se consideradas as projeções para as nove parcelas do benefício - sendo as quatro últimas reduzidas de R\$ 600 para R\$ 300 -, o volume de recursos injetado na economia brasileira pode alcançar R\$ 326,8 bilhões neste ano, aponta o levantamento.

Para Gustavo Rangel, economista-chefe do ING para América Latina, a resposta do governo brasileiro “foi arriscada, mas possivelmente acertada” sob a ótica da recuperação da economia. O governo do México, segundo ele, optou por uma reação mínima e a economia vai cair 10%, enquanto para Brasil ele estima recuo em torno 3,5%.

Ele considera que há elementos que justificam uma preocupação inflacionária, mas eles têm sido superdimensionados. “Quando se olha medidas de núcleo de inflação, serviços, salários e expectativa de inflação, a perspectiva extremamente benigna.”

Por outro lado, a questão fiscal é alarmante, diz Rangel. Segundo ele, a resposta do Palácio do Planalto para a crise foi “agressiva” considerando a situação das contas públicas e que o governo vai precisar pagar a conta da pandemia, realizando corte de gastos, sob pena de pôr em risco a sustentabilidade dos juros baixos. “Só se pode contar com estímulo monetário enquanto o ambiente fiscal for crível”, diz.

O economista acredita que o cancelamento do Renda Brasil, anunciado nesta semana pelo presidente Jair Bolsonaro, é a “realidade fiscal se impondo”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora

TINNITUS PRO

Estatais de GO, PB, MA e BA estão expostas

Companhias estaduais têm centenas de contratos em situação precária ou próximos do vencimento

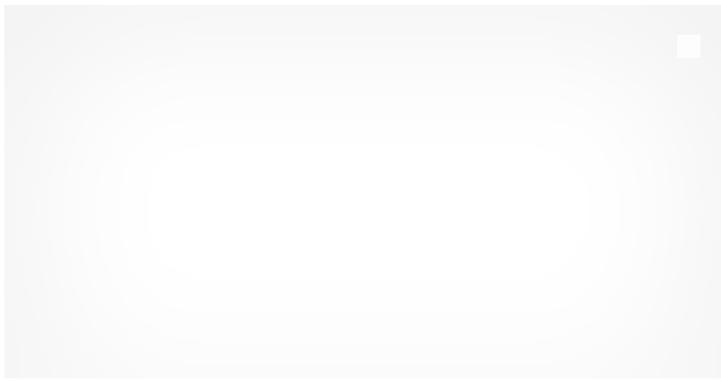
Por Taís Hirata — De São Paulo

17/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

As companhias de saneamento dos Estados de Goiás, Paraíba, Maranhão e Bahia foram apontadas como as mais vulneráveis, diante das mudanças impostas pela nova lei do saneamento, segundo estudo da Roland Berger. Essas estatais têm centenas de contratos não regularizados ou com vencimento nos próximos cinco anos, apontam os dados da consultoria e levantados junto às próprias empresas.

A Companhia Saneamento de Goiás (Saneago) possui hoje 129 contratos nessa situação, mais da metade do total. A empresa afirmou que o maior entrave para a renovação dos contratos nos últimos anos vinha sendo a necessidade de cada município elaborar e aprovar planos de saneamento - um processo muitas vezes demorado. "Pela programação da companhia, boa parte desses contratos poderiam ser resolvidos. No entanto, os vetos do novo marco, especificamente do artigo 16 da lei, inviabilizaram essa questão", disse.

O veto em questão é aquele que impediu as estatais de renovarem seus contratos por mais 30 anos. O artigo havia sido alvo de um acordo entre governo e Congresso e foi apontado como uma das exigências dos deputados para aprovar a lei. O presidente, porém, sancionou o trecho ao sancionar a lei. Ainda há chances de derrubada do veto, mas o assunto ainda não foi discutido pelos parlamentares.



No caso da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), são 134 os contratos vencidos ou prestes a vencer, de um total de 224 cidades onde a estatal opera. A companhia também vinha fazendo um trabalho de renegociação com as principais prefeituras, e foi surpreendida pelo veto presidencial, diz o presidente, Marcus Vinícius Neves.

O executivo, que também comanda a Aesbe (associação setorial que representa as estatais de saneamento), afirma que a companhia irá buscar a renovação dos contratos na Justiça, se for preciso. “Temos conversas com ao menos 40 cidades em estágio avançado. São casos em que o Estado e a prefeitura querem a renovação, que estava prestes a sair, quando a lei foi publicada”, diz.

A associação tem orientado as demais companhias estaduais a continuar o diálogo com as prefeituras para a renovação dos contratos. Para Neves, a expectativa é que o veto presidencial seja derrubado no Congresso Nacional - em caso contrário, a associação já avisou que irá judicializar a questão.

A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) - que no levantamento da Roland Berger registrou 118 contratos de prestação de serviços de água em situação precária ou próxima do fim - também destacou que ainda existe a expectativa de derrubada do veto que restringiu a renovação.

Questionada sobre seu plano de longo prazo, a empresa diz que “só poderá apresentar um planejamento após o esclarecimento de todas as premissas [do novo marco legal], o que ainda deverá demorar alguns meses ou anos”, afirmou, em nota.

No caso da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), dos 367 municípios operados, há 228 contratos vigentes, com prazo médio de 27,5 anos, informou a

Veículo: G1	Coronavírus
Data: 17/09/20	



Coronavírus

Socorro a estados e municípios teve distribuição desigual e sem relação com pandemia



17 de Setembro de 2020 às 06:34 Por: Agência Brasil Por: Folhapress O comentários

O programa de socorro a estados e municípios para enfrentamento da pandemia apresentou resultados desiguais entre esses entes da Federação. Enquanto algumas administrações receberam recursos mesmo sem ter tido perda de arrecadação, outras não receberam dinheiro suficiente para compensar a queda nas receitas.

Esse foi o caso de oito estados, incluindo os quatro do Sudeste, e três capitais.

Além disso, a distribuição de recursos não teve ligação com as necessidades desses locais para enfrentar a pandemia, quando se considera a relação entre transferências e locais com maior número de mortes por habitante.

As conclusões são parte de uma nota técnica da Rede de Pesquisa Solidária, que reúne pesquisadores de instituições públicas e privadas, como a Universidade de São Paulo, o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e a Fundação Getúlio Vargas, com base nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária para o 1º semestre de 2019 e de 2020. Os dados foram atualizados pela inflação do período.

Projeto de lei complementar aprovado em maio deste ano criou o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, que destinou o valor fixo de R\$ 60 bilhões da União para estados e municípios de forma a compensar perdas de arrecadação, em quatro parcelas, pagas de junho a setembro. A divisão da maior parte do dinheiro foi vinculada ao tamanho da população.

De acordo com a lei, a destinação de R\$ 50 bilhões é livre. Os outros R\$ 10 bilhões devem ir obrigatoriamente para saúde e assistência. Desse valor, apenas R\$ 2,8 bilhões seguem critério que considera a taxa de incidência da Covid-19 apurada pelo Ministério da Saúde (o restante também depende do tamanho da população).

Para os pesquisadores, uma possível extensão do programa deveria levar em conta uma distribuição mais equilibrada dos recursos.

“Se houver, e há uma pressão para que no ano que vem haja também algum tipo de socorro, não faz sentido manter um critério que não foi o mais justo. Precisa repensar se a calibragem não pode ser mais focada, mais justa, mais eficiente e equânime”, diz a coordenadora do trabalho, Ursula Dias Peres, professora de Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP (Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo).

“Houve um temor da União de que, ao criar um critério ajustado pela perda de receita, ela ficasse comprometida com uma grande transferência, porque todo o mundo falava que a queda na arrecadação seria muito brutal. Achou-se por bem definir um valor fixo, mas isso não permitiu um ajuste para garantir equidade entre estados e capitais.”

A maioria das capitais recebeu transferências federais maiores que as perdas na arrecadação (considerando as principais fontes de receita) no semestre. As exceções foram Florianópolis (SC), Rio de Janeiro (RS) e João Pessoa (PB). Na média, as receitas cresceram 4% no semestre.

Se considerado apenas o terceiro bimestre, período em que a arrecadação foi mais afetada pela pandemia e em que foi paga a primeira parcela do socorro, houve estabilidade na receita corrente líquida.

Oito estados não conseguiram compensação pelas perdas: São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Ceará. Os dois primeiros, no entanto, foram os mais beneficiados por outra medida, a suspensão do pagamento das dívidas com a União, já que estão entre os maiores devedores em valores absolutos.

Na média, os estados mantiveram as receitas no semestre, mas tiveram queda de 3,6% em maio e junho.

“A suspensão do pagamento das dívidas é um auxílio ainda mais desigual, até mais do que o das transferências, bem concentrado em alguns poucos estados e capitais. Também são recursos livres, que escapam de qualquer tipo de vinculação”, afirma Fábio Pereira dos Santos, técnico da Câmara Municipal de São Paulo que também participou da elaboração do trabalho.

Saúde e educação

Outro ponto destacado pelos pesquisadores é que o socorro não foi vinculado a despesas específicas. Quando a receita tem como origem a arrecadação de impostos, há percentuais de aplicação obrigatória em saúde e educação.

No caso da saúde, o trabalho mostra que as despesas subiram 10% nas capitais e 16% nos estados em relação ao primeiro semestre do ano passado, um gasto extra de R\$ 8,7 bilhões no total. Na educação, caíram cerca de 5% nos dois tipos de localidade (-R\$ 3,9 bilhões). Os dois movimentos estão relacionados ao aumento da demanda por serviços hospitalares e ao fechamento das escolas.

Também cresceram as despesas com inativos —aumento de 5%, ou R\$ 4,3 bilhões no gasto das previdências estaduais. Nas contas das capitais também se destacou o crescimento de 7% na despesa com transportes (mais R\$ 199 milhões), por causa da compensação com o subsídio maior devido à queda no movimento de passageiros, por exemplo.

O trabalho destaca ainda a queda na receita dos principais tributos nessas esferas de governo. Nos estados, houve redução de 18% no ICMS, principal tributo estadual, no terceiro bimestre, e queda de 6% no semestre, ambos em relação ao mesmo período de 2019.

Nas capitais, houve queda de 20% do ISS (imposto municipal sobre serviços) no bimestre, mas apenas 2,6% no semestre.

Alguns tributos sobre propriedade sofreram mais. Houve queda de 27% no ITBI, que tributa transferência de imóveis, no bimestre (-15% no semestre). No IPVA, que tem receita mais estável por conta dos veículos usados, mas também é afetado pelos novos licenciamentos, houve redução de 7,5% no bimestre (-3% no semestre).

Três das quatro parcelas do programa serão pagas no segundo semestre, período em que o comportamento das receitas é considerado incerto pelos pesquisadores.

Por isso, eles afirmam que ainda cedo para concluir que o dinheiro será suficiente para cobrir as perdas.

“Ainda precisaria de, pelo menos, mais um bimestre para ter uma visão da necessidade [de mais recursos]”, afirma a coordenadora do estudo.

“Se o ICMS e o ISS demorarem muito a reagir, provavelmente em outubro, novembro e dezembro vai se abrir um buraco nas contas de estados e capitais. O auxílio parece, do ponto de vista global, relativamente suficiente para cobrir as perdas até setembro, mas o que vai acontecer depois a gente não sabe”, diz o assessor da Câmara Municipal de São Paulo.

Veículo: Varela Notícias	Bahia
Data: 17/09/20	



17/09/20 às 07h34 - Atualizado em 17/09/20 às 07h35

Jornal: Bahia e Salvador receberam mais recursos federais do que perderam em arrecadação

Estudo feito pela Universidade de São Paulo (USP) e divulgado pelo jornal Folha de São Paulo nesta quinta-feira (17)



Foto: Max Haack / Prefeitura

Redação VN

redacao@varelanoticias.com.br

O programa de socorro federal para estados e municípios aprovados pelo Congresso conseguiu repor a perda de receitas que o Estado da Bahia e a Prefeitura de Salvador teve no primeiro semestre deste ano por causa da pandemia.

Um estudo feito pela Universidade de São Paulo (USP) e divulgado pelo jornal Folha de São Paulo nesta quinta-feira (17) mostrou que tanto a Bahia como Salvador, diferente de outros estados e capitais do país, receberam da União mais recursos do que perderam em arrecadação.

A Bahia, por exemplo, teve um rombo nas receitas na ordem de R\$ 860 milhões. Em contrapartida, recebeu do Governo Federal o total de R\$ 1.196 bilhão nos primeiros seis meses do ano.

Já Salvador perdeu 91 milhões de reais em receitas, mas recebeu do Governo Federal R\$ 186 milhões em recursos.

Na média, os estados mantiveram as receitas no semestre, mas tiveram queda de 3,6% em maio e junho.

Fábio Pereira dos Santos, técnico da Câmara Municipal de São Paulo que também participou da elaboração do trabalho, disse ao jornal que os últimos meses do ano serão determinantes para avaliação das contas públicas dos estados.

“Se o ICMS e o ISS demorarem muito a reagir, provavelmente em outubro, novembro e dezembro vai se abrir um buraco nas contas de estados e capitais. O auxílio parece, do ponto de vista global, relativamente suficiente para cobrir as perdas até setembro, mas o que vai acontecer depois a gente não sabe”, falou.

“Ainda precisaria de, pelo menos, mais um bimestre para ter uma visão da necessidade [de mais recursos]”, disse a coordenadora do trabalho, Ursula Dias Peres, professora de Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP (Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo).

A TARDE

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

O ministro e as ferrovias da Bahia

Em se tratando das ferrovias da Bahia, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, está fazendo festa com pouco presente. Na semana passada, por exemplo, levou o presidente Jair Bolsonaro ao oeste para anunciar a construção pelo Exército de 18 km da Fiol – Ferrovia Oeste-Leste, o que representa apenas 0,04% do trecho entre Barreiras e Caetitê e 0,01% da ferrovia toda. Depois anunciou que, de um total de R\$ 9 bilhões que a Vale vai pagar pela renovação da concessão de duas ferrovias, R\$ 400 milhões, ou cerca de 4,5%, seriam aplicados na fase III da Fiol que sequer começou. Mas os problemas são muito maiores. Além da Fiol, a Bahia tem em seu território uma ferrovia importantíssima, com um trecho que liga a região metropolitana de Salvador a Paulínea, em São Paulo – que transporta produtos petroquímicos, insumos, motores e outros produtos –, e

com outros ramais dentro da Bahia, todos operando mas sem investimentos há décadas. Trata-se da FCA – Ferrovia Centro-Atlântica, controlada pela VLI Logística, que tem a Vale como sócia. Pois bem, o Ministério da Infraestrutura negociou a renovação da concessão da FCA e em troca vai receber cerca de 4,5 bilhões em investimentos, mas desse total alocou apenas 7% para a Bahia, embora as ferrovias no estado estejam em estado crítico. O mais grave é que esse

investimento minguado não foi alocado na recuperação das ferrovias da FCA, mas destinados para a fase III da Fiol, um trecho que nem sabe ainda que trajeto vai ter. Ora, recursos advindos da outorga da FCA devem ir para investimentos na malha da FCA e destinados à modernização da própria ferrovia, a construção do canal de tráfego ligando Camaçari ao Porto de Aratu, a modernização do ramal ferroviário Alagoinhas-Juazeiro, que está aban-

donado, e a solução do maior gargalo ferroviário do país: a ponte entre Cachoeira e São Félix. Aliás, alguém precisa dizer ao ministro e ao presidente que a única ligação ferroviária entre o Nordeste e Sudeste do Brasil foi construída pelo imperador D. Pedro II, e basta ver o trem passar para se voltar ao século XIX. E o descaso com a Bahia tem sido tão grande que o valor das muitas impostas à FCA pelo abandono das ferrovias na Bahia foi usado para a construir o metrô de Belo Horizonte. Em resumo: é bom que o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, garanta a construção de um pedacinho da Fiol, é bom que estimule o empresariado baiano a fazer pressão junto ao TCU pela liberação do processo que está impedindo a licitação do trecho entre Ilhéus e Caetitê, mas, em se tratando do sistema ferroviário da Bahia, isso é quase nada.

Cerca de 4,5% seriam aplicados na fase III da Fiol que sequer começou

Alocou apenas 7% para a Bahia, embora as ferrovias no estado estejam em estado crítico

Ferrovias e o governo do estado

O secretário de Infraestrutura da Bahia, Marcus Cavalcanti, vem lutando pela implantação da Fiol, mas, segundo ele, os recursos da renovação da concessão da FCA não deveriam ser destinados a outras obras. “É preciso estabelecer uma agenda de investimentos obrigatórios na malha da própria FCA na Bahia, que há décadas não tem inves-

timentos. Além disso, na divisão do valor arrecadado com a renovação da concessão, a Bahia não pode ficar com apenas 10% do total de recursos”, afirmou. Cavalcanti lembra ainda que o governo federal precisa discutir o melhor trajeto do trecho III da Fiol, pois estudos mostram que Figueirópolis não é o destino ideal sob o ponto de vista econômico.

De Posto Ipiranga a Rolando Lero

O ministro da Economia, Paulo Guedes, antes conhecido como Posto Ipiranga, agora está sendo chamado no meio empresarial de Rolando Lero, por conta dos projetos liberais que defende e nunca concretiza. Guedes, que prometeu o maior programa de privatização da história, não privatizou uma estatal sequer e vai entrar nos compêndios de econo-

mia como o único liberal cuja ideia fixa é o aumento de impostos. E agora jogaram uma pá de cal no liberalismo guediano, com o Ministério da Justiça exigindo planilhas aos supermercados por conta do preço do arroz e o presidente Bolsonaro proibindo a equipe econômica de pensar em qualquer redução em projetos sociais. É o caso do homem de Chicago.

BC interrompe ciclo de cortes mantém Selic a 2% ao ano

JUROS Após nove cortes consecutivos, o Banco Central decidiu na noite de ontem manter a Selic (a taxa básica de juros) em 2% ao ano. Em meio aos esforços do governo para recuperar a economia após o choque trazido pela pandemia do novo coronavírus, o BC paralisou o processo de baixa de juros, iniciado em julho de 2019, para evitar eventuais efeitos negativos sobre o mercado financeiro.

Para os próximos meses, apesar da pressão recente do arroz sobre a inflação, a autarquia indicou que não pretende elevar a Selic e, ao mesmo tempo, avaliou que o espaço para mais cortes é pequeno.

A decisão de ontem era largamente espe-

9
cortes seguidos na taxa básica de juros foram feitos pelo BC. Selic está no piso histórico

rada pelos economistas do mercado. Isso porque no início de agosto, quando cortou a Selic pela última vez, o BC já havia indicado a intenção de parar em setembro. A visão é de que uma Selic a 2% ao ano - o menor nível da série histórica - deixa pouco espaço para novas reduções.

Há a preocupação de que uma taxa muito baixa possa afetar o funcionamento dos mercados de câmbio e de fundos de investimento

Com a Selic a 2% ao ano, o Brasil segue com juro real (descontada a inflação) negativo. Cálculos do site MoneyYou e da Infinity Asset Management indicam que o juro real brasileiro está em -0,81% ao ano. O País possui o 16º juro real mais alto do mundo, considerando as 40 economias mais relevantes. No topo do ranking está a Turquia, com juro real de +3%.

No comunicado que acompanhou a decisão de ontem, o BC avaliou que a retomada da atividade nas principais economias do mundo tem gerado um ambiente "relativamente mais favorável" para os países emergentes. "Contudo, há bastante incerteza sobre a evolução desse cenário, frente a uma possível redução dos estímulos governamentais e à própria evolução da pandemia da covid-19", pontuou o BC.

Ao tratar da atividade econômica no Brasil, o BC afirmou que os indicadores recentes sugerem uma "recuperação parcial, similar à que ocorre em outras economias". A autarquia ponderou que os setores mais afetados pelo distanciamento social "permanecem deprimidos, apesar da recomposição da renda gerada pelos programas de governo".

PIB RECUA 4% NO SEGUNDO TRI, DIZ FGV

ATIVIDADE O Produto Interno Bruto (PIB, que calcula a soma de todos os bens e serviços produzidos no país) caiu no trimestre encerrado em julho, segundo dados do Monitor do PIB divulgados nesta quarta-feira (16/9) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). De acordo com estudo, a economia brasileira recuou 4% na comparação com o trimestre findo em abril e de 8,9% na comparação com o trimestre encerrado em julho de 2019.

OCDE MELHORA PREVISÕES PARA O ANO

PERSPECTIVA A economia global parece estar se recuperando do baque do novo coronavírus mais rápido do que se imaginava graças à melhora nas perspectivas para a China e os Estados Unidos, disse a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ontem. Para a organização, também melhorou a perspectiva para o Brasil em 2020, de acordo com suas novas projeções. A economia mundial está a caminho de contrair 4,5% este ano e o Brasil 6,5%

Veículo: Correio
Data: 17/09/2020

Caderno:
Página:

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A surpresa do presidente Bolsonaro com as propostas da política econômica é falsa ou ele nunca entendeu coisa alguma do que sua equipe vem prometendo desde a campanha. Quando o ministro Paulo Guedes fala em desindexar as despesas do orçamento, o que é? É não corrigir pela inflação os gastos, entre eles, as pensões e aposentadorias. Em outras palavras, congelar. Este governo fez várias propostas polêmicas. Sugeriu adiar o BPC, reduzir acesso ao abono, cobrar imposto de desempregado e até o emprego sem salário. Onde estava Bolsonaro em seu próprio governo que nada viu?

Ele sempre soube o que estava sendo proposto, tanto que ontem autorizou o senador Márcio Bittar a continuar os estudos para um programa social amplo. Bittar está tentando encaixar no orçamento ou na PEC do Pacto Federativo. Entre as medidas que estuda está o congelamento do salário mínimo para financiar o Renda Brasil, conforme o próprio senador revelou ao repórter Marcello Corrêa de O GLOBO. Ou seja, tirar do pobre para o paupérrimo.

Todas as ideias que o governo tem apresentado têm essa ca-

racterística que o presidente demagógicamente atribuiu à "gente que não tem coração". Tudo em seu governo possui essa marca. Na proposta original da reforma da Previdência estava a ideia de que o beneficiário do BPC – idoso muito pobre ou deficiente – ao chegar aos 65 anos recebesse apenas R\$ 400 em vez de salário mínimo. E só aos 70 anos tivesse direito ao valor integral. O Congresso derrubou. Propôs também reduzir de dois para um salário mínimo a renda dos que recebem abono salarial. O Congresso derrubou.

Depois o projeto enviado era o de criar um programa chamado de "emprego verde e amarelo" que seria financiado por um imposto cobrado de quem ficasse desempregado e recebesse o

seguro-desemprego. Essa forma esdrúxula de financiar o programa acabou caindo também. Não foi a única ideia ruim. Em geral elas são abatidas pela reação da opinião pública, dos políticos ou da Justiça. Em março, o governo baixou uma MP que permitia a suspensão do salário por quatro meses. Depois das críticas, revogou a própria MP.

O Ministério da Economia quer "quebrar o piso" dos gastos públicos. Há muito tempo o país precisa sim flexibilizar o Orçamento, mas antes é preciso perguntar de onde tirar. Se acontecer o que o governo propõe, naquele projeto dos três Ds, desindexar, desvincular e desobrigar, todos os percentuais fixos para áreas como saúde e educação poderão cair. O problema é onde

serão realocadas as despesas. Nesse governo é certo que serão mais afetados os gastos mais necessários. Enquanto se fala em desvincular as outras despesas, o Ministério da Defesa tenta vincular a sua. Quer 2% do PIB anual.

Esse governo chegou a propor que no ano de 2021 não houvesse o Fundeb, o que provocaria uma tragédia na educação brasileira. Pensou em adiar o Censo para transferir os recursos para o Ministério da Defesa. Antes da pandemia havia sido reduzido em mais de um milhão o número de beneficiários do Bolsa Família, 60% deles moradores dos estados do Nordeste. Os governadores da região tiveram que ir ao Supremo contra isso.

Sensibilidade social não há no

atual governo. Mesmo quando eles têm razão em parte, o método é errado. A tese sobre o abono salarial é que jovens da classe média acabam recebendo quando estão no início da carreira. Por que então não introduzir um recorte de renda familiar como exigência para receber o benefício? No caso do BPC, o que se diz é que há gente recebendo que não teria direito, porque tem renda acima do que a lei estabelece. Isso se resolve com fiscalização e cruzamento de dados. Aliás, esse acompanhamento tem que ser constante nas políticas públicas.

No ajuste fiscal quais são as despesas que se deve atacar? É fundamental saber escolher, ter um projeto e comunicá-lo de forma clara e transparente. Na democracia todas as despesas têm defensores, mesmo as mais injustas, como acaba de se ver na ambiguidade presidencial em relação aos gastos tributários com as igrejas.

Bolsonaro manipula os fatos com o objetivo de enganar. Quer que os outros fiquem com os ônus de qualquer medida impopular do governo, para que ele fique apenas com o bônus. Finge não ver inclusive o que ele mesmo assinou e propôs.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 17/09/2020	Página:

Correio*

Países da Europa cobram contenção do desmatamento

AMAZÔNIA Em carta aberta ao vice-presidente Hamilton Mourão, oito países da Europa exortam o governo brasileiro a tomar iniciativas para conter o avanço do desmatamento na Floresta Amazônica. O documento é assinado pelos sete integrantes da chamada Parceria das Declarações de Amsterdã: Alemanha, Dinamarca, França, Itália, Noruega, Holanda e Reino Unido. A Bélgica também se juntou ao chamado.

No texto, o grupo expressa preocupação com o aumento, “a taxas alarmantes”, do desmate da Amazônia. “Sem dúvidas, isso confirma a importância fundamental de garantir que os órgãos governamentais nacionais possuam a capacidade adequada para monitorar essas tendências e aplicar as devidas leis”, destacam.

Os oito países acrescen-

tam que, no continente europeu, há um interesse da sociedade para que redes produtivas de alimentos tenham origem em bases sustentáveis. “Enquanto os esforços europeus buscam cadeias de suprimento não vinculadas ao desflorestamento, a atual tendência crescente de desflorestamento no Brasil está tornando cada vez mais difícil para empresas e investidores atender a seus critérios ambientais, sociais e de governança”, ressaltam.

A carta salienta que, no passado, o país foi capaz de reduzir o desmatamento e expandir a produção agrícola ao mesmo tempo. “Os países que se reúnem através da Parceria das Declarações de Amsterdã contam com um compromisso político firme e renovado por parte do governo brasileiro para reduzir o

desflorestamento e esperam que isso se reflita em ações reais imediatas”, cobram.

O grupo ainda enfatiza que está disposto a abrir canais de diálogo com agentes dos mercados de commodities, entre eles produtores, negociantes e importadores, assim como legisladores povos indígenas e cientistas.

O documento é divulgado em um momento em que a política ambiental brasileira ameaça a viabilidade do acordo comercial da União Europeia com o Mercosul.

Ontem, Mourão, fez uma reunião com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, após receber uma carta de uma coalizão de 230 organizações ambientais e empresas ligadas à indústria e ao agronegócio para deter o desmatamento.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 17/09/2020	Página:

Correio*

Governo autoriza repasse de R\$ 10 mi para combate a incêndios em MT

PANTANAL O Ministério do Desenvolvimento Regional autorizou o empenho e a transferência de R\$ 10,112 milhões ao Mato Grosso para execução de ações de Defesa Civil de combate aos incêndios. A Portaria com a liberação dos recursos está publicada em edição extra do Diário Oficial da União. Na terça, R\$ 3,8 milhões haviam sido liberados pro Mato Grosso do Sul.

Os dois estados sofrem com incêndios florestais, sobretudo na região do Pantanal. A liberação desses recursos para o Mato Grosso

foi anunciada nesta quarta, em reunião do ministro Rogério Marinho com o governador do Estado, Mauro Mendes.

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Regional, esse repasse irá custear 32 ações, a serem implementadas nos próximos 90 dias. Estão previstas a aquisição de agente retardante para o combate às chamas, locação de veículos, maquinários e aeronaves, aquisição de combustível e compra de equipamentos como abafadores, roçadeiras, mangueiras, sopradores

e tanques para armazenamento de água.

Ontem, o Senado instalou uma comissão externa a fim de acompanhar as ações de combate aos incêndios no Pantanal. Na segunda, o governo federal havia decretado situação de emergência em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso em razão das queimadas. Segundo o boletim divulgado ontem, quase 3 milhões de hectares do Pantanal já foram devastados pelo fogo.

Já o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) falou que existem “críticas desproporcionais” ao conversar com apoiadores sobre as queimadas no Pantanal e na Amazônia e, sem provas, voltou a reclamar da atuação de Organizações Não-Governamentais (ONGs) nas regiões

Presidente recua e retoma costura para criar o Renda Brasil

ORÇAMENTO Não durou nem 24 horas o fim do Renda Brasil decretado pelo presidente Jair Bolsonaro. O relator do Orçamento de 2021, senador Márcio Bittar (MDB-AC), recebeu cartão verde do próprio presidente para a retomada das discussões sobre um novo programa social pós-pandemia, com a inclusão da proposta no Orçamento.

A ideia é que o programa ressurgja pelo Congresso. O acerto foi feito pela manhã e, à tarde, Bittar já estava em reuniões com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir as possíveis fontes de financiamento do programa - justamente o motivo que levou o presidente a afirmar, na véspera, que estava proibido falar no Renda Brasil até o final de 2022.

A mudança de rumo vem depois de o Renda Brasil ter sido sepultado num primeiro momento por Bolsonaro, que ficou insatisfeito com repetidos anúncios de ações



GEORGE GIANNI/PSDB

“Peço desculpas mas não vou fazer nenhum tipo de especulação enquanto ela (proposta) não estiver pronta”
Márcio Bittar

Senador, responsável pela retomada de discussões do Renda Brasil

em estudo feitos pela equipe econômica sem que houvesse já o acerto político daquela medida. O estopim foi a ideia do time de Guedes de não dar reajuste aos benefícios da Previdência (aposentadorias, pensões, auxílios doença e salários-família) por dois anos.

O movimento do presidente foi visto com preocupação por parlamentares, com o risco de o ônus de medidas duras ficar na conta do Congresso e o bônus, com o presidente. O governo também não quis deixar um vácuo aberto para os congressistas, que já têm projetos para reforçar o Bolsa Família.

Bittar adotou estratégia inversa à que vinha sendo usada pela equipe econômica e lideranças do Congresso e evitou antecipar valores e de onde sairiam os recursos para viabilizar a nova tentativa de tirar o programa do papel. “Para evitar informações desencontradas, que vazam, em que pese terem lógica mas acabam sendo abortadas, peço desculpas mas não vou fazer nenhum tipo de especulação enquanto ela (proposta) não estiver pronta”, disse Bittar.

O senador prometeu até a próxima terça a apresentação de uma proposta para o

novo programa, que pode ser criado ainda sem uma previsão inicial de recursos. A ideia é garantir sua existência e a rubrica orçamentária necessária para destinar os valores, deixando a discussão de revisões em outras despesas para mais adiante.

Segundo Bittar, até lá a ideia é manter a discussão “dentro do governo e dentro do Congresso”. “É coisa que a esquerda sabe fazer desde criança. Primeiro discute, faz assembleia, reunião interna, bem disciplinadamente, bem hierarquicamente, e aí apresenta a ideia”.

Indicado para a presidência da Comissão Mista de Orçamento, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) disse que o novo programa não pode ser feito com “sacrifício de uns, enquanto outros passam incólumes”. Segundo ele, o relator terá de apontar a fonte de financiamento com corte de gastos e transparência. “Quero saber de onde o governo vai tirar para dar R\$ 300 (valor atual do auxílio emergencial). Sei que nessa questão vamos ter muita dificuldade”, afirmou. Para ele, é preciso evitar qualquer expectativa de que o governo vai elevar despesas sem uma nova fonte de recursos.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 17/09/2020	Página: 02

Tribuna

Contas

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), em sessão ordinária de ontem, desaprovou as prestações de contas de dois convênios e imputou débito a três gestores, no valor total de R\$ 183.977,35 (quantia que deverá ser acrescida de juros e mora e atualização monetária), além de aplicar seis multas a quatro dos gestores envolvidos, que atingem o valor de R\$ 73.582,53, devido às graves irregularidades apontadas pelas equipes de auditores.

Água na Bahia

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) implantou mais um sistema de abastecimento de água. A partir de investimentos de cerca de R\$ 5,4 milhões do Governo Federal, por meio da Codevasf, mais de duas mil pessoas em cinco comunidades rurais do município de Paratinga (BA) receberam água tratada pela primeira vez. Estão sendo beneficiadas com acesso à água potável as comunidades rurais de Canafístula, Volta das Pedras, Pedra do Asfalto, Extrema e Nova União. A ação contou com duas etapas distintas. Na primeira, foram investidos mais de R\$ 1,8 milhão. Já na segunda etapa, foram aplicados mais de R\$ 3,6 milhões, totalizando investimentos de cerca de R\$ 5,4 milhões realizados pelo Governo Federal, por meio da Codevasf.

Carne bovina aumentou cerca de 35% no Estado

YASMINAGUIRRE
ESTAGIÁRIA

O preço da carne bovina tem aumentado significativamente durante a pandemia para os consumidores. E assim deve seguir nos próximos meses, conforme a previsão do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Estado da Bahia (Sincar-Ba). Nos últimos 60 dias, o produto aumentou em torno de 30 a 35% na Bahia.

O preço da carne tem como principal fator o aumento da arroba do boi gordo, que de acordo com o presidente do Sindicato, Julio César, a arroba do boi já custa atualmente em torno de R\$ 260.

"As exportações para a China, fizeram o valor do boi aumentar. O preço da carne bovina subiu no Brasil inteiro, entre eles nos estados do Maranhão, Goiás e Pará. Outro motivo se dá pela oferta limitada de bezerros. A Bahia importa 80% do consumo de carne bovina de produção, tendo uma média de 20% no consumo per capita da população", explica.

Em março teve 22% de acréscimo do valor da carne vermelha. A equipe da Tribuna da Bahia percorreu alguns mercados na cidade para observar os valores no preço da carne.

O supermercado Hiperideal, localizado na Barra, o valor do filé especial está custando R\$ 31,98, a chã de dentro está por R\$ 34,98, chã de fora R\$ 29,98, picanha: 42,98 e a carne do sol R\$ 40,00. Já as carnes de segunda como o acém custa 19,98, ponta de agulha R\$ 18,98, peito R\$ 19,98 e o músculo R\$ 26,98.

O açougue Empório das Carnes, também no mesmo bairro, tem o valor do filé especial à R\$ 31,99, chã de dentro R\$ 31,99, picanha R\$

42,99, patinho R\$ 31,99, paulista R\$ 31,99, chã de fora: 26,99. As carnes de segunda variam de preço com relação ao supermercado, a acém passa a ter o preço de R\$ 21,99, ponta de agulha sem osso R\$ 21,99, ponta de agulha com osso R\$ 15,99, peito 25,99 e o músculo custando R\$ 21,99.

"Os frigoríficos já estão repassando com um preço muito alto. São sete meses de pandemia e dentre esses meses a arroba subiu de R\$ 220 para R\$ 270. Impossível manter o mesmo preço desde quando passamos comprar mais caro", afirmou o gerente do açougue, Alexandre Cerqueira.

Muita gente já percebeu o aumento das carnes nos supermercados e açougues baianos. Por conta disso, muita gente já mudou os hábitos alimentares e já substituiu a carne por outros alimentos.

"Tenho reparado que a carne de boi sofreu aumento. As carnes da preparação do feijão que é o item básico da alimentação também tiveram um aumento muito grande assim como as carnes de cozimento. Fica muito difícil em tempos de pandemia comprar esses produtos principalmente quando a gente está com a renda reduzida, relata a microempreendedora Joice Antero.

"Para não comprar carnes com valores tão altos, optamos por substituir pela carne de soja. Para misturar com a carne moída. Outra opção é comprar às vezes alguns ossos para fazer sopa que reforça na alimentação e também optamos para diminuir na quantidade de carne", reforça a cantora Talita Black, que no momento encontra-se de desempregada.

Tribuna

Construção civil tem alta nos preços e falta de materiais

POLIANA ANTUNES
REPORTER

Empresas de construção civil da Bahia registraram aumento nas vendas de produtos durante a pandemia do novo coronavírus. Ao passarem mais tempo em casa neste período de isolamento social, os moradores querem deixar o lar mais confortável. Dessa forma, o setor vem liderando a recuperação econômica do estado, através da manutenção do emprego. Contudo, vem mostrando, também, preocupação com uma onda de aumento nos preços dos principais insumos das edificações, já se registrando a falta de diversos deles no mercado.

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou inflação de 0,88% em agosto deste ano, uma taxa superior ao 0,49% do mês anterior. Em agosto do ano passado, a taxa havia sido de 0,44%. Segundo o órgão, com a alta registrada em agosto, os materiais tiveram alta de preços de 1,60% e passaram a custar R\$ 629,52 por metro

quadrado.

No estado, muitos foram os esforços para não interromper suas atividades. De acordo com o presidente do Sinduscon-BA, Carlos Marden, justamente num momento de início da retomada das atividades, os fabricantes dos materiais de construção resolveram elevar seus preços totalmente fora da realidade da inflação atual no país.

Para Carlos Marden, a falta de materiais da construção e a alta absurda de seus preços, em plena recessão econômica, vão contra a todos os esforços do setor da construção civil no enfrentamento da crise em decorrência da pandemia. "já está se verificando o desabastecimento provocando atrasos em obras na Bahia, pois os produtos já não estão sendo entregues no prazo. Se nada for feito, a tendência será a paralisação de obras, desaceleração de lançamentos imobiliários e principalmente o desemprego no setor que mais emprega", revela.

Segundo o presidente da entidade, "este é o reflexo do incremento de reformas residenciais, a partir da utilização do auxílio emergencial disponibilizado pelo governo, que fez aumentar a

demanda dos fabricantes, que por sua vez elevaram os preços totalmente fora da realidade da inflação atual no país e de forma generalizada. Os maiores aumentos anunciados estão para o aço, PVC, derivados de cobre – fios e cabos elétricos, e cimento".

Ele avalia que em alguns casos a elevação chega a quase 100% do que era praticado em mercados no Brasil. "O cimento, por exemplo, teve alta sentida por 95% dos empresários, segundo a pesquisa realizada pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Dentre outros materiais, 90% perceberam elevação no preço dos cabos elétricos, 87% no aço, 81% no concreto e 80% nos blocos cerâmicos", ressaltou Carlos Marden.

Marlene Gomes que é gerente de uma loja de material de construção localizada no bairro da Boca do Rio, fala que, a loja constatou algumas mudanças de consumo nos últimos meses. "Antes, atendíamos em grande parte consumidores que buscavam obras maiores, reformas totais de apartamentos, por exemplo, ou novas construções. Agora, há uma busca maior por pequenos reparos, visto que as



Foto: Romildo de Jesus

DEMANDA

Lojistas e consumidores reclamam que elevação dos preços chega a quase 100%

peças estão passando mais tempo em casa", observa.

Para ela as pessoas estão repensando o morar. "Elas estão mais preocupadas em ter ambientes confortáveis e aconchegantes para morar e viver bem. A casa, mais do que nunca, assumiu de vez o conceito

de refúgio e passou a ser prioridade de investimento para muitos, que passaram a ter mais tempo para aproveitá-la e observá-la, planejando, a partir daí, as adaptações que desejam", espelha a gerente.

Com as mudanças na rotina, o Marlene Gomes aponta a necessidade de ter

um espaço para trabalhar confortavelmente dentro de casa. "O home office é uma tendência para o futuro. Ambientes de relaxamento e lazer também estão sendo muito valorizados, como varandas gourmet, espaços mais amplos para atividades físicas, salas de cinema, entre outros", frisou.

Tribuna

Bahia registra passagem aérea mais barata

A Bahia foi o estado nordestino que registrou a passagem aérea pelo menor valor em 2020.

Entre janeiro e junho, o custo médio da tarifa chegou a R\$ 370,76, correspondendo a uma redução de 23,3% em comparação com o mesmo período de 2019. Os dados são da Consulta Interativa - Indicadores do Mercado de Transporte Aérea, ferramenta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A Bahia é seguida no ranking do Nordeste por Ceará (R\$ 386,62), Sergipe (R\$ 413,03) e Pernambuco (R\$ 419,27). Já o estado nordestino com maior valor em 2020 foi Alagoas, com média de R\$ 524,63.

Em todo o Brasil, a tarifa aérea teve valor médio de R\$ 353,12, com redução de 14,9% em relação a 2019. O estado com a passagem mais barata foi o Espírito Santo (R\$ 306,37), enquanto Roraima registrou o valor médio mais alto (R\$ 638,50).

1º trecho da via que vai ligar Praia do Forte a Imbassai estará pronto em dezembro

O primeiro trecho da via direta entre Imbassai e Praia do Forte, uma parceria da Prefeitura de Mata de São João com empreendedores da região, está em obra. A ligação terá 10km de rodovia, ciclovia e pista de cooper e o início da construção está sendo realizado pela JMJ Empreendimentos, um dos investidores e construtor do residencial-clubes Imbassai Privilege. "Essa ligação reforça o investimento em infraestrutura dos empresários e da prefeitura para a consolidação da Vila de Imbassai e o turismo nas comunidades", comenta o empresário da JMJ, Mário Piva Filho.

A entrega do primeiro trecho de 2km está prevista para dezembro deste ano e a conclusão da nova via, passando pelo Iberostar até Praia do Forte, para final de 2021. De acordo com Mário Piva, observador e participante do crescimento imobiliário do Litoral Norte da Bahia, especialmente Imbassai, outros investimentos estão



OBRAS

Primeiro trecho terá dois quilômetros de extensão

surgindo, além da construção do residencial-clubes Imbassai Privilege, e ele está confiante na retomada do mercado de imóveis na localidade, que vem se tornando morada alternativa de muitos baianos, principalmente nesses períodos de quarentena, provocado pela pandemia do novo coronavírus.

"Quem busca sossego, tranquilidade com estrutura para morar e trabalhar, já que a tecnologia e a internet per-

mitem que possamos trabalhar em qualquer lugar, e ainda perto e da capital, o Litoral Norte da Bahia é uma excelente alternativa", comenta Mário Piva, acrescentando que o cenário econômico está propício para investir em imóveis. Ele ressalta que a taxa Selic a 2%, as facilidades para financiar e os preços competitivos estão favorecendo a compra de imóveis, "quer para morar ou como investimento".

Estado incrementa serviço de saúde com 165 novos leitos

A capital baiana ganhará 165 novos leitos e destes, 100 serão leitos clínicos e 65 de Unidade de Terapia Intensiva. O anúncio do reforço no serviço de saúde para atendimento à população baiana foi realizado pelo governador Rui Costa, nesta terça-feira (15), durante transmissão do Papo Correria por meio das redes sociais. O incremento no número de leitos será possível devido à desmobilização dos leitos que, até então, eram utilizados para atender pacientes com diagnóstico da Covid-19. O Governo do Estado tomou essa decisão diante da queda no número de casos e consequente redução da ocupação de leitos que está em 35% para os leitos clínicos e 39% em leitos de UTI.

Segundo o governador Rui Costa a reversão dos leitos não alcançará o interior do estado neste momento. "Nós entramos numa fase desaceleração da doença e agora podemos utilizar esses leitos que foram abertos ou rever-

tidos para atender pessoas com a Covid-19. Chegou a hora de reverter esses leitos e atender outras doenças a partir dessa semana. Esperamos que o número de ocupação de leitos caia ainda mais e possamos continuar com o processo de reversão. No interior ainda não iremos reduzir o número de leitos para atender pacientes da Covid-19 porque decidimos aguardar um pouco mais pela redução no número de casos".

A reversão dos leitos ocorrerá no Hospital Geral Ernesto Simões Filho e no Instituto Couto Maia. No Ernesto Simões, foram destinados 139 leitos para atender pacientes do novo coronavírus e agora passa a contar com 55 leitos de UTI adulto e 100 leitos clínicos voltados para procedimentos cirúrgicos, além de atendimento a diversas outras patologias. Já no Instituto Couto Maia, que dispõe de 70 leitos clínicos e 90 de UTI dedicados à Covid-19, serão liberados 10 leitos para atender pacientes com outras patologias.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 17/09/2020	Página: 05

Tribuna

Diante da inflação, Fed decide deixar os juros inalterados

- O Federal Reserve (Fed) manteve a taxa de juros perto de zero ontem e prometeu deixá-la nesse nível até que a inflação esteja a caminho de "superar moderadamente" a meta de 2% do banco central norte-americano "por algum tempo". A mudança na orientação faz parte da alteração de política monetária do Fed anunciada no mês passado e que busca compensar anos de inflação fraca e permitir que a economia continue criando empregos por quanto tempo for possível.

Em seu comunicado, o Fed também começou a se afastar de um viés que contemplava estabilização dos mercados financeiros para estimular a economia: o Fed disse que vai manter as compras atuais de títulos do governo no ritmo de pelo menos 120 bilhões de dólares, mas descreveu o objetivo como sendo em parte para garantir

"condições financeiras "acomodatícias" no futuro.

A epidemia de coronavírus continuou a pesar sobre a economia, disse o Fed no comunicado divulgado ao final de dois dias de reuniões, em avaliação feita a despeito de as autoridades terem melhorado sua perspectiva imediata para a economia.

O vírus "está provocando tremendo sofrimento humano e econômico", disse o Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês). "O Federal Reserve está comprometido em usar todas as suas ferramentas para sustentar a economia dos EUA neste momento desafiador."

Novas estimativas mostraram que os juros permanecerão inalterados pelo menos até 2023, com a inflação não superando 2% nesse período.

A expectativa é de con

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 17/09/20	



JORNAL A TARDE – ARMANDO AVENA: O MINISTRO E AS FERROVIAS DA BAHIA



admin 17 Setembro, 2020

Em se tratando das ferrovias da Bahia, o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, está fazendo festa com pouco presente. Na semana passada, por exemplo, levou o Presidente Jair Bolsonaro ao Oeste para anunciar a construção pelo exército de 18 km da Fiol – Ferrovia Oeste Leste, o que representa apenas 0,04% do trecho entre Barreiras e Caetitê e 0,01% da ferrovia toda. Depois anunciou, que de um total de R\$ 9 bilhões que a Vale vai pagar pela renovação da concessão de duas ferrovias, R\$ 400 milhões, ou cerca de 4,5%, seriam aplicados na fase III da Fiol que sequer começou.

Mas os problemas são muito maiores. Além da Fiol, a Bahia tem em seu território uma ferrovia importantíssima, com um trecho que liga a Região Metropolitana de Salvador a Paulínea, em São Paulo, – que transporta produtos petroquímicos, insumos, motores e outros produtos – e com outros ramais dentro da Bahia, todos operando mas sem investimentos há décadas. Trata-se da FCA – Ferrovia Centro Atlântica, controlada pela VLI Logística que tem a Vale como sócia. Pois bem, o Ministério da Infraestrutura negociou a renovação da concessão da FCA e em troca vai receber cerca de 4,5 bilhões em investimentos, mas desse total alocou apenas 7% para a Bahia, embora as ferrovias no estado estejam em estado crítico.

O mais grave é que esse investimento minguado não foi alocado na recuperação das ferrovias da FCA, mas destinados para a fase III da Fiol, um trecho que nem sabe ainda que trajeto vai ter. Ora, recursos advindos da outorga da FCA devem ir para investimentos na malha da FCA e destinados a modernização da própria ferrovia, a construção do canal de tráfego ligando Camaçari ao Porto de Aratu, a modernização do ramal ferroviário Alagoinhas-Juazeiro, que está

abandonado, e a solução do maior gargalo ferroviário do país: a ponte entre Cachoeira e São Félix. Aliás, alguém precisa dizer ao Ministro e ao Presidente que a única ligação ferroviária entre o Nordeste e Sudeste do Brasil foi construída pelo Imperador D. Pedro II e basta ver o trem passar para se voltar ao século XIX.

E o descaso com a Bahia tem sido tão grande que o valor das multas impostas a FCA pelo abandono das ferrovias na Bahia foram usados para construir o metrô de Belo Horizonte. Em resumo: é bom que o Ministro da Infraestrutura, Tarciso Freitas, garanta a construção de um pedacinho da Fiol, é bom que estimule o empresariado baiano a fazer pressão junto ao TCU pela liberação do processo que está impedindo a licitação do trecho entre Ilhéus e Caetitê, mas, em se tratando do sistema ferroviário da Bahia, isso é quase nada.

AS FERROVIAS E O GOVERNO DO ESTADO

O secretário de Infraestrutura da Bahia, Marcus Cavalcanti, vem lutando pela implantação da Fiol, mas segundo ele os recursos da renovação da concessão da FCA não deveriam ser destinados a outras obras. “É preciso estabelecer uma agenda de investimentos obrigatórios na malha da própria FCA na Bahia, que há décadas não tem investimentos. Além disso, na divisão do valor arrecadado com a renovação da concessão, a Bahia não pode ficar com apenas 10% do total de recursos”, afirmou o secretário. Cavalcanti lembra ainda que o governo federal precisa discutir o melhor trajeto do trecho 3 da Fiol, pois estudos mostram que Figuerópolis não é o destino ideal sob o ponto de vista econômico.

DE POSTO IPIRANGA A ROLANDO LERO

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, antes conhecido como Posto Ipiranga, agora está sendo chamado no meio empresarial de Rolando Lero por conta dos projetos liberais que defende e nunca concretiza. Guedes, que prometeu o maior programa de privatização da história, não privatizou uma estatal sequer e vai entrar nos compêndios de economia como o único liberal cuja ideia fixa é o aumento de impostos. E agora jogaram uma pá de cal no liberalismo guediano, com o Ministério da Justiça exigindo planilhas aos supermercados por conta do preço do arroz e o Presidente Bolsonaro proibindo a equipe econômica de pensar em qualquer redução em projetos sociais. É ocaso do homem de Chicago.

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 16/09/20	

16/09/20 às 07h37 - Atualizado em 16/09/20 às 07h43

Por verba federal, Bahia cria grupo de combate à corrupção e lavagem de dinheiro

Novo grupo funcionará na estrutura do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) da Polícia Civil do Estado



Foto: Secom / Divulgação

Breno Cunha

breno@varelanoticias.com.br

O governador Rui Costa (PT) criou nesta terça-feira (15), por meio de decreto, a Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (CECCOR/LD).

O novo grupo funcionará na estrutura do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) da Polícia Civil do Estado.

De acordo com o decreto, publicado no Diário Oficial, a CECCOR ficará responsável por atuar na “repressão integrada e uniforme aos crimes de corrupção, lavagem ou

ocultação de bens, direitos e valores, contra a Administração Pública e contra a Ordem Tributária”.

O novo grupo terá também a incumbência “planejamento, a coordenação e a avaliação das investigações e das operações nas matérias de sua competência”.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, a criação do CECCOR faz com que a Bahia atenda a um dos critérios para ter direito aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, equivalente a 5%.

Veículo: G1	Economia
Data: 17/09/20	



Recuperação econômica global pode levar 5 anos, diz economista-chefe do Banco Mundial

Carmen Reinhart destacou que a recessão causada pela pandemia durará mais em alguns países do que em outros e agravará as desigualdades.

Por Reuters

17/09/2020 09h20 Atualizado há 2 horas

A recuperação econômica global diante da crise provocada pela pandemia de coronavírus pode levar até cinco anos, disse a economista-chefe do Banco Mundial, Carmen Reinhart, nesta quinta-feira.

"Provavelmente haverá uma recuperação rápida quando todas as medidas de restrição relacionadas aos bloqueios forem suspensas, mas uma recuperação completa levará até cinco anos", disse Reinhart em participação remota numa conferência realizada em Madri.

Reinhart disse que a recessão causada pela pandemia durará mais em alguns países do que em outros e agravará as desigualdades, pois os mais pobres serão mais duramente atingidos pela crise nos países ricos e os países mais pobres serão mais duramente atingidos do que os países mais ricos.

Pela primeira vez em vinte anos, as taxas de pobreza global aumentarão após a crise, acrescentou.

Veículo: Estadão	
Data: .17.09.2020	Caderno: Economia



Que cenário tributário é possível esperar do pós-pandemia?

Rafael Serrano*

17 de setembro de 2020 | 10h00

Um cenário de déficit público alto é uma das poucas certezas que temos hoje no Brasil. De um lado, os gastos públicos dispararam com o combate aos efeitos da pandemia, e tudo indica que essa tendência será mantida no médio prazo. Do outro lado, a arrecadação federal vem apresentando quedas acentuadas nos últimos meses, justamente em função da crise econômica gerada pela redução do consumo.

O governo, após muita cobrança acerca da sua proposta de reforma tributária, anunciou que irá fatiá-la em diversas frentes.

Primeiramente, enviou sua proposta de substituição do PIS e da COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviços, com um formato intencionalmente dotado de alguma “compatibilidade” com os projetos em trâmite no Congresso (PECs 45 e 110). O projeto foi formatado nos moldes do IVA adotado internacionalmente, com amplo creditamento nas aquisições de bens e serviços, mas com uma alíquota global de 12% que assustou o mercado, principalmente o setor de serviços, haja vista

que a maior parte dos custos das empresas desse setor está concentrada na folha de pagamentos, que não gera e continuaria não gerando créditos. Entretanto, não se pode esquecer que, mesmo antes dessa crise, as contribuições a serem substituídas são duas das maiores fontes de recursos da União, e tiveram suas bases de cálculo “reduzidas”, em termos práticos, por conta da decisão do STF no RE 574.706/PR, de março de 2017.

Além disso, o que se espera das demais frentes do projeto de reforma são: (i) alterações da legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas, com a supressão de deduções e aumento da faixa de isenção; (ii) alterações da legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, com redução de alíquota e tributação de dividendos; (iii) a reformulação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e (iv) a desoneração da folha de pagamentos.

A equipe econômica do governo aposta no Imposto sobre Transações como um componente fundamental no contexto desses ajustes todos. Conquanto tenha o grave defeito de ser um tributo cumulativo, ou seja, incide em cascata sobre todas as etapas da cadeia produtiva, sua criação está sendo fundamentada em contrapartida à redução dos encargos trabalhistas. Nesse sentido, a posição do Ministro Paulo Guedes é que esse sistema auxiliaria na retomada da economia, aliviando os custos das contratações e possibilitando a captura da materialidade da chamada “economia digital”.

A visão desse tema na perspectiva do Congresso Nacional ainda não parece clara, e o ceticismo continua imperando em relação à possibilidade de aprovação de uma grande reforma pelo Legislativo. Todavia, o relator da reforma tributária no Congresso, deputado

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), defendeu a realização de uma mudança ampla no sistema tributário atual. Segundo o parlamentar, a mudança no sistema tributário deve ir além da simplificação tributária, devendo buscar a promoção da justiça social. Alguns de seus colegas já defenderam a importância da inclusão de mecanismos que tributem o consumo de artigos de luxo, os dividendos e as grandes fortunas. Já o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), descartou a possibilidade de atender a demandas setoriais na proposta da reforma tributária, e defendeu a prioridade na unificação de impostos, para simplificar a vida do contribuinte.

Como principais interessados nessas discussões todas, o consenso entre os contribuintes é que não há espaço para qualquer aumento da carga tributária, em termos globais. Ademais, alguma simplificação do sistema, reduzindo o volume de horas dispendidas na apuração e recolhimento dos tributos, também parecem fazer parte do senso comum.

Em suma, são inúmeras as variáveis dessa equação extremamente complexa e qualquer tentativa de previsão, mesmo a essa altura, já próximos do final do ano, tenderá a se assemelhar a um “chute”. Contudo, arriscando um palpite, é de se esperar sim algumas mudanças na tributação federal. A tributação de dividendos, já bastante discutida, que afetaria a distribuição dos lucros apurados a partir de 01 de janeiro de 2021, tendo em contrapartida a redução da alíquota do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, parece algo bastante plausível e que encontra pouca resistência em todas as frentes. Falta definir, porém, como isso se aplicaria às empresas tributadas pelo Lucro Presumido. Adicionalmente, seria de se esperar

também alguma modificação na legislação da Contribuição ao PIS e da COFINS, desde que se encontre um meio termo para a alíquota global de 12% originalmente proposta, talvez mais no sentido justamente de abrir negociação.

Nesse mesmo contexto, creio ser natural esperarmos mudanças nas faixas de isenção e de tributação das pessoas físicas pelo Imposto de Renda, talvez com a criação de uma nova alíquota para o topo da pirâmide dos assalariados. Já a substituição do IPI e mudanças mais radicais em relação à tributação pelo ICMS e pelo ISS, creio que ficariam para um segundo momento, talvez 2021. Por fim, a grande incógnita me parece ser a criação do imposto sobre transações, sempre comparado à antiga CPMF, que teria um grande apelo para auxiliar o Governo, ao menos temporariamente, no enfrentamento dos desafios fiscais trazidos pela pandemia, mas que foi jurado de morte, desde sempre, por diversos líderes do Congresso, a despeito do grande apelo que tem a contrapartida oferecida pelo Ministro Guedes, de desoneração da folha.



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Bolsonaro disse não a Guedes duas vezes

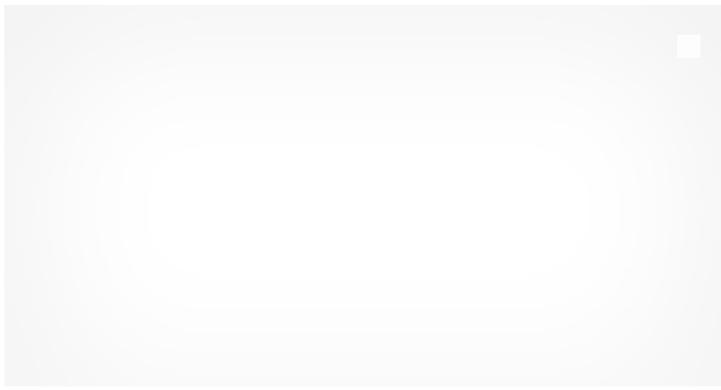
Resta a questão de saber por que o ministro voltou a insistir na proposta dos 3 Ds, mesmo depois de ela ter sido vetada pelo presidente

17/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A decisão do presidente Jair Bolsonaro de não aceitar a proposta de deixar sem correção os benefícios previdenciários e assistenciais, manifestada de forma agressiva em rede social na terça-feira, terá consequências importantes na política fiscal do governo. Bolsonaro rejeitou, pela segunda vez em menos de um ano, a proposta dos 3 Ds do seu ministro da Economia, Paulo Guedes, que deseja fazer a desindexação das despesas orçamentárias, a desvinculação das receitas e desobrigar o governo a realizar gasto.

Em novembro de 2019, o governo encaminhou ao Congresso Nacional o que chamou de Plano Mais Brasil, constituído de duas PECs que tratam de novas regras fiscais. Guedes tentou incluir nelas a desindexação do salário mínimo e dos benefícios previdenciários e assistenciais. O piso salarial e os benefícios não teriam correção por dois anos, o que abriria espaço no teto de gastos da União para mais investimentos públicos.

Mesmo já rejeitada, ministro insistiu na proposta dos 3 Ds



Bolsonaro foi contra a medida, como o próprio ministro da Economia revelou na época. Por isso, os textos da PEC Emergencial (186/2019) e da PEC do Pacto Federativo (188/2019) estabelecem, explicitamente, que será preservado o poder aquisitivo do salário mínimo.

Agora, o ministro e sua equipe voltaram a insistir na tese dos 3 Ds, negociando diretamente com o relator da PEC 188, senador Márcio Bittar (MDB-AC), para incluir na proposta a desindexação dos benefícios previdenciários, pelo mesmo prazo de dois anos, que tinha sido apresentada ao presidente Bolsonaro em novembro do ano passado e rejeitada.

A diferença é que, na nova versão dos 3 Ds, a desindexação dos benefícios previdenciários foi apresentada como uma maneira de garantir espaço no teto de gastos para o novo programa social do governo Bolsonaro, chamado de Renda Brasil - uma espécie de Bolsa Família turbinado.

É impressionante que uma autoridade do Ministério da Economia tenha proposto a criação de uma nova despesa obrigatória de caráter continuado (o Renda Brasil) mesmo com o governo tendo que reduzir, todo ano, os investimentos públicos para manter o teto de gastos em pé, pois as despesas obrigatórias não param de aumentar.

Originalmente, o objetivo dos 3 Ds era abrir espaço no Orçamento da União para ampliar os investimentos e sustentar o teto de gastos por mais alguns anos. Fazer a desindexação dos benefícios previdenciários para criar nova despesa obrigatória é uma contradição em si.

Resta a questão de saber por que o ministro Paulo Guedes voltou a insistir na proposta dos 3 Ds, mesmo depois de ela ter sido vetada pelo presidente Bolsonaro no ano passado. A explicação mais plausível é que o ministro da Economia não vê ganhos de espaço no teto de gastos apenas com as medidas de ajuste fiscal que estão definidas na PEC 188. Elas recaem, basicamente, sobre os servidores públicos.

Se as despesas obrigatórias ultrapassarem 95% do total das despesas primárias do ano (não incluem o pagamento de juros e as amortizações da dívida), nenhum dos poderes da República poderá conceder aumento de salário, reajuste ou qualquer tipo de vantagem aos servidores, criar cargos, alterar estrutura de carreira, realizar concurso público, criar ou majorar auxílio e criar qualquer despesa obrigatória, entre outras medidas, de acordo com a PEC 188.

Dito de forma mais direta, os representantes do Judiciário teriam que adotar as medidas de ajuste da PEC 188, pois o teto de gasto é individualizado por Poder e por órgão. As medidas restritivas, como a não concessão de reajuste ou qualquer outra vantagem se aplicariam também a juízes, procuradores e militares. Ou seja, não apenas os servidores civis dos três Poderes seriam penalizados. É fácil entender a dificuldade política para a aprovação da PEC.

A decisão de Bolsonaro ao rejeitar a ideia de não corrigir os benefícios previdenciários terá, portanto, impacto direto sobre o teto de gastos. Aprovada a PEC 188, com o seu texto original, o presidente terá que impor sacrifícios aos servidores, incluindo os militares, se quiser preservar o teto de gastos. As medidas terão que ser tomadas com urgência, pois, pelos cálculos de quase todos os analistas, para manter o teto de gastos já em 2022 as despesas discricionárias (investimento e custeio da máquina administrativa) terão que ser cortadas ao nível de paralisia dos serviços públicos.

Há pessoas otimistas acreditando que, mesmo com a oposição de Bolsonaro, o Congresso poderá manter a proposta da desindexação dos benefícios previdenciários no novo texto da PEC 188, que deverá ser apresentado pelo relator Márcio Bittar. É difícil acreditar que os senadores e deputados possam ser mais realistas do que o rei, ou seja, que aceitem o ônus de uma medida impopular, mesmo contrariando o presidente da República. Tudo isso, às vésperas das eleições municipais.

De olho na inflação

O Ministério da Economia alterou algumas de suas previsões para a economia neste ano. De acordo com o Boletim MacroFiscal, da Secretaria de Política Econômica (SPE), a previsão para a inflação medida pelo INPC subiu de 2,09% para 2,35%. Este dado é de grande relevância para as despesas públicas, pois o INPC corrige o salário mínimo, que é a base dos benefícios previdenciários e assistenciais. Corrige também os benefícios previdenciários acima do piso.

O anexo de riscos fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2021 estima que para cada aumento de 0,1 ponto percentual do INPC, a despesa da União sobe R\$ 768,3 milhões. Como a previsão da SPE para o INPC subiu 0,26 ponto percentual, a despesa da União no próximo ano foi elevada em mais de R\$ 1,9 bilhão.

É um acréscimo significativo, principalmente porque as despesas orçamentárias para 2021 estão no limite do teto. Isto significa que, se a previsão da SPE se confirmar, o Congresso terá que cortar ainda mais o investimento e o custeio programado no Orçamento do próximo ano para manter as despesas dentro do teto.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras
E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Criação de novo programa social retorna à pauta

Bolsonaro deu sinal verde para que se trate do tema, diz relator do Orçamento

Por Matheus Schuch, Mariana Ribeiro, Lu Aiko Otta e Fabio Graner — De Brasília

17/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



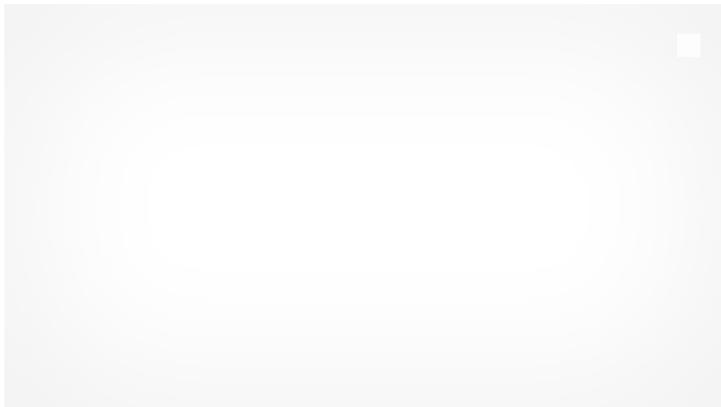
Marcio Bittar, relator do orçamento: A partir de janeiro do ano que vem, 20 milhões de brasileiros ou mais que vão continuar desempregados — Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro barrar as discussões sobre o Renda Brasil, a criação de um novo programa social voltou à pauta. Ontem, o senador Marcio Bittar (MDB-AC) disse que recebeu sinal verde do presidente para criação de um programa social que atenda à população após o fim do auxílio emergencial.

Para evitar novos desentendimentos, como os que colocaram em situação delicada o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, a ideia é que as discussões sobre fontes de recursos para financiar o programa sejam feitas com discrição - e não necessariamente neste primeiro momento.

“O que pode acontecer é criar o programa, a rubrica, e esmiuçar isso mais para frente. Você não precisa obrigatoriamente criar, dizer quanto é o valor, de onde vai sair tudo num primeiro momento,” disse Bittar. O senador do Acre é relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo e do Orçamento.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Depois do encontro com Bolsonaro, Bittar também se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Nas duas ocasiões, não falou sobre como o programa de renda mínima será financiado.

“Não adianta agora a gente especular do que vai tirar, de onde vai cortar, mas estou autorizado pelo presidente, ele me deu sinal verde”, disse ele, acrescentando que o caminho é discutir as propostas com a equipe econômica e o Congresso Nacional.

Na reunião de ontem do senador com Guedes, Waldery não estava presente. O secretário Especial de Fazenda cancelou, também, a reunião que teria com os secretários estaduais.

Era Waldery que vinha tendo essas discussões com Bittar e sua equipe. Mas o secretário especial de Fazenda ficou na berlinda após confirmar publicamente a intenção da equipe econômica de não dar a reposição da inflação para

aposentadorias e pensões por dois anos como forma de levantar recursos para financiar o Renda Brasil.

Na terça-feira pela manhã, antes de ir para a rede social e falar em dar “cartão vermelho” para quem lhe trouxesse propostas politicamente inaceitáveis (que signifiquem “transferir recursos dos pobres para os paupérrimos”), Bolsonaro esteve com Waldery. Segundo fontes bem informadas, o presidente teria determinado ao secretário que não desse mais declarações sobre ideias ainda não aprovadas, mas não falou em demissão. Assim como também não teria pedido à Guedes que o exonerasse.

A “fritura” de Waldery tem sido alimentada junto à própria equipe econômica. Guedes até o momento não se manifestou em defesa de seu auxiliar e não veio a público negar notícias de que estaria aguardando um pedido de demissão dele.

Depois de combinar com o presidente Bolsonaro, Bittar informou que a ideia é apresentar o novo programa social já na próxima terça-feira. O texto final passará pelo crivo do presidente.

Na última terça-feira, Bolsonaro anunciou ter desistido do Renda Brasil por recusar propostas como a de congelar aposentadorias e pensões para bancar o programa. Waldery havia se pronunciado sobre o tema nesta semana, em entrevista ao **Valor**.

Cogitadas desde a transição de governo, as propostas de desindexação das aposentadorias da variação do salário mínimo voltaram recentemente às discussões, atreladas ao debate do Renda Brasil.

Sobre isso, porém, não havia consenso dentro do governo e nem mesmo na equipe econômica, diante da dificuldade política de levá-la adiante. Com as repercussões negativas, o presidente gravou um vídeo em que anunciou o fim do debate sobre o programa Renda Brasil.

Ontem, o **Valor** noticiou que o Renda Brasil não seria enterrado pelo governo, mas que entraria “em estado de hibernação” por um tempo que seria ditado pela política.

O fim das discussões significaria chegar ao término do ano sem dar uma resposta às milhões de pessoas que hoje recebem o auxílio emergencial. “A partir de janeiro, o decreto de calamidade vai terminar, só que você tem 20 milhões de brasileiros ou mais que vão continuar desempregados. O Estado brasileiro precisa deixar esses brasileiros irem dormir no dia 31 de dezembro tranquilos, com o programa já criado, garantindo a eles o mínimo de dignidade humana”, defendeu Bittar.

O programa de renda mínima chamado originalmente de Renda Brasil é a principal marca que o governo de Bolsonaro deseja construir para a sua reeleição.

O que o presidente pretendeu ao dizer que o Renda Brasil estava acabado foi tirar a proposta do centro das preocupações eleitorais, sobretudo dos seus adversários políticos.

Ontem à noite, Guedes convocou os secretários especiais da pasta para uma reunião presencial. O encontro não estava previsto na agenda oficial divulgada originalmente pelo ministério e estava em andamento até o fechamento desta edição.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

Frente dos prefeitos defende mudança fatiada

Entidade defenderá que não deve ocorrer a junção de impostos federais, estaduais e municipais, mas uma simplificação de cada um deles

Por **Raphael Di Cunto** — De Brasília

17/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que representa as grandes cidades e capitais, decidiu ontem apoiar o “Simplifica Já” como modelo da reforma tributária, em detrimento das propostas de emenda constitucional (PEC) em debate no Legislativo. A entidade defenderá que não deve ocorrer a junção de impostos federais, estaduais e municipais, mas uma simplificação de cada um deles, em audiência no Congresso hoje.

Em carta, os prefeitos disseram que o fatiamento “preserva a autonomia municipal, simplifica imediatamente o sistema tributário nacional e garante a manutenção dos serviços públicos nas cidades”. A PEC 45, base das discussões do Congresso, unifica PIS, Cofins e IPI, federais, com ICMS (estadual) e ISS (municipal). Prefeitos das grandes cidades, com arrecadação mais expressiva de ISS, são contra.

O secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre, disse que essa decisão não significa que as negociações sobre as propostas no Congresso estão suspensas, já que os prefeitos têm outras pautas de interesse na reforma, como a tributação do patrimônio, mas que a carta traduz a vontade política de convencer os parlamentares de que a melhor opção é uma reforma fatiada - tese defendida também pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Segundo Perre, as conversas com a comissão avançaram no sentido de minimizar possíveis perdas para as prefeituras maiores, com arrecadação expressiva de ISS. O modelo, revelado pelo **Valor** na terça-feira, envolveria a ampliação da imunidade recíproca entre União, Estados e municípios e criação de um fundo de compensação com parte da arrecadação do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). “Já tem um caminho bastante importante traçado e esse acúmulo de avanços não pode ser desprezado, menosprezado, mas ainda não tem o texto, a redação legal, e acordo apalavrado ou por power point não existe”, disse.

Já o presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Vitor Puppi, afirmou que esses avanços são insuficientes para que os prefeitos abram mão da autonomia para cobrar, definir alíquotas e arrecadar o ISS. “Me parece muito inseguro trocar o principal tributo de muitas cidades por uma compensação meia incerta de futuras perdas”, ponderou. Ele deu como exemplo o fundo da Lei Kandir, que gerou 20 anos de disputas judiciais.

Puppi destacou, porém, que as portas não estão fechadas para o diálogo e que a Abrasf tem reuniões amanhã com o relator da reforma, o deputado Aguinaldo Ribeiro, o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), que formulou a PEC 45, e Guedes. “Continuamos conversando, mas hoje a Frente e a Abrasf têm uma proposta”, disse.

O Simplifica Já, que passou a ser defendido pela FNP, propõe reformas individuais do PIS/Cofins, ICMS e ISS, mantendo a autonomia da União, Estados e municípios, e a desoneração da folha de salários para empresas com mão de obra intensiva.

Na carta, os prefeitos fizeram ainda a defesa de uma “partilha vertical mais justa do bolo tributário” e o aumento da fatia das cidades no total de receitas tributárias para 30% em 2050. Esse percentual saiu de 14% em 1988 para 20% hoje, mas também houve crescimento nas responsabilidades das prefeituras, dizem.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora

TINNITUS PRO

Impacto da pandemia e demanda por serviços desafiam novos prefeitos

Futuros governantes de muitas cidades enfrentarão uma situação fiscal complicada em 2021

Por Ana Conceição — De São Paulo

17/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

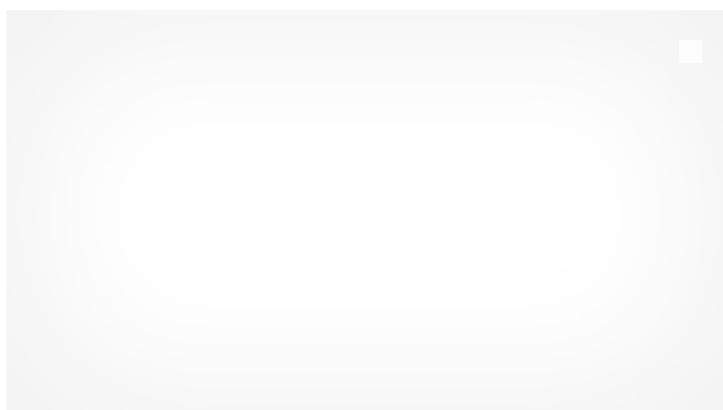


Antes da pandemia, 75% dos municípios brasileiros tinham uma situação fiscal considerada crítica. Quase 35% deles não se sustentavam, ou seja, a receita arrecadada não era suficiente para custear nem a Câmara de Vereadores nem a estrutura administrativa da cidade. Se a situação já estava ruim, em janeiro de 2021, quando tomarem posse de seus mandatos, os novos prefeitos deverão enfrentar problemas orçamentários ainda mais graves, herança da covid-19.

Se no lado da receita a arrecadação, assim como a economia, deve demorar a voltar aos níveis pré-pandêmicos, no lado das despesas os gastos devem ser afetados pelo aumento da demanda por serviços públicos, principalmente de saúde e educação. Nas grandes cidades, o financiamento do transporte público já virou uma fonte de preocupação que deve se estender às novas administrações.

No fim do ano passado, quando revelou a situação crítica das cidades brasileiras, o Índice de Gestão Fiscal elaborado pelo departamento econômico da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) mostrou que 1.221, ou 22% dos 5.337 municípios analisados, terminaram 2018 sem dinheiro em caixa para pagar as despesas postergadas para 2019. Planejamento de gastos não fazia parte de 57% (ou 3.054) das administrações municipais.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A economista Sol Garson, especialista em contas públicas, diz que a situação pode se agravar em 2021. “Há um risco de as administrações deixarem grandes somas de despesas realizadas, mas não pagas.” As prefeituras estão vivendo um ano sem igual, com uma execução orçamentária totalmente diferente e dentro de um cenário

em que já havia muita dificuldade financeira. “A nova geração de prefeitos terá desafios que nunca foram colocados”, afirma ela, ex-secretária de Finanças do Rio de Janeiro.

Será fundamental, diz Sol, que os novos gestores identifiquem rapidamente o que é receita e gasto extraordinário e o que não é, para ter um mínimo de planejamento. Assim, na saúde, se parte dos gastos com a covid-19 neste ano não deve se repetir, nem por isso a despesa deixará de crescer em alguma medida. Em parte, porque ainda não se sabe quando a pandemia vai acabar e em parte porque deve haver um aumento de demanda de famílias que por causa da perda de renda deixaram seus planos de saúde privados. Só nos quatro primeiros meses da pandemia, de março a julho, 327 mil pessoas perderam o plano de saúde e mais de 520 mil deixaram de ter convênio odontológico, quedas consideradas históricas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

As cidades também deverão lidar com o represamento de demanda por atendimentos eletivos que foram cancelados durante a pandemia, lembra Kleber Castro, consultor econômico da Federação Nacional dos Prefeitos (FNP). “Há também os efeitos crônicos, duradouros, da covid-19 na saúde das pessoas, que demandam tratamentos. É um tema pouco conhecido, mas que certamente virá”, diz ele.

Na educação, secretários de médios e grandes municípios já relatam aumento na demanda por vagas nas escolas públicas, que vão ter que se adequar às normas de prevenção do coronavírus, o que implica mais gastos, afirma Castro.

Outro setor que vai precisar de atenção, em especial nas médias e grandes cidades, é o de transportes. “Será o maior problema de todos na minha visão. O financiamento do transporte coletivo urbano, já vinha com problemas antes da pandemia e agora a situação se agravou.”

No lado das receitas, segundo cálculos da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), as prefeituras podem terminar o ano com perdas de cerca de R\$ 70 bilhões, já levando em conta a queda na arrecadação própria e nas transferências recebidas.

Castro, da FNP, diz que o ritmo de recuperação da economia ser determinante para a saúde, ou falta dela, dos municípios. “Não sabemos como foi o impacto da covid-19 sobre cadeias produtivas, se muitas empresas faliram e seus efeitos sobre o emprego.”

Para além dos problemas de caixa, Sol Garson aponta outro efeito deletério da pandemia: a diminuição do período de transição entre os mandatos, importante especialmente nas cidades grandes e médias para que o novo prefeito tome pé da situação.

A margem de manobra nas receitas e nas despesas é pequena, dizem os especialistas. Castro afirma que entre as medidas possíveis para melhorar o caixa está a revisão da planta genérica do IPTU. “É uma medida impopular, mas há bastante espaço para melhorar o potencial de receita desse tributo.” Para Sol Garson, medidas como aumento da alíquota do ISS e revisão do IPTU podem levar a um aumento da inadimplência, num resultado contrário ao desejado.

Com mais receita ou não, a melhora na eficiência de gastos e de arrecadação se tornou mais urgente. “Um dos desafios dos novos prefeitos vai ser garantir a prestação de serviços com orçamentos totalmente comprometidos. Vão ter que gastar melhor, fazer mais com menos”, diz Rodolfo Fiore, cofundador da Gove, plataforma que auxilia cerca de 300 governos municipais a administrar gastos e receitas e tomar decisões baseadas em dados. Um dos efeitos, desta vez positivos, trazidos pela pandemia, diz Fiore, é o aumento da procura por digitalização de processos para tomada de decisões no setor público.

Segundo o executivo, é possível perceber mudanças na postura dos gestores municipais em direção à procura por maior eficiência nos gastos e nas receitas. Fundada há cinco anos e apoiada por instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a empresa tem registrado aumento na demanda por administrações municipais.

“No atual ciclo, houve muito essa figura do prefeito gestor. Há um ‘ecossistema’ que está se movimentando mais. Há uma crescente percepção de que é preciso usar tecnologia para fazer coisas mais simples de forma mais barata e rápida.”

Medidas mais populares devem ganhar espaço

Itens como a redução a zero do IPI da linha branca e o aumento do limite de isenção do Imposto de Renda deverão ter mais força

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

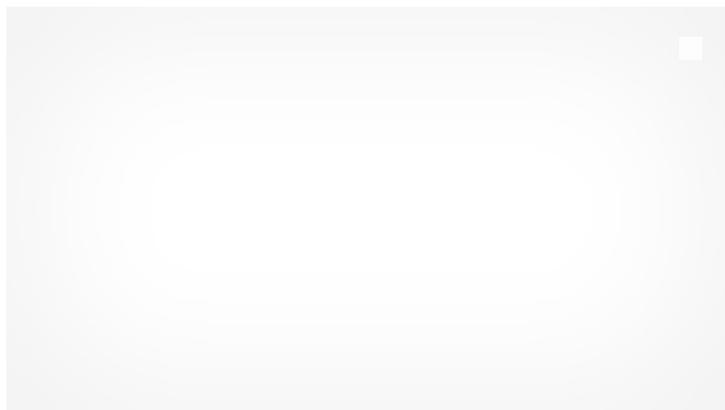
17/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Com o novo programa de assistência social vivo, mas fora dos holofotes, o governo quer dar força a itens populares da sua agenda, como a redução a zero do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de eletrodomésticos da linha branca ou o aumento do limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e a desoneração da folha salarial.

São itens voltados principalmente para a classe média. E que podem ter complementos impopulares, como a criação de um tributo sobre pagamentos.

O envio dessas propostas ao Congresso depende do sinal verde da ala política do governo. Cabe ao grupo definir o momento mais adequado.

PUBLICIDADE



Mas o plano é montar um discurso para partir para a ofensiva e avançar com toda a agenda de reformas. Em especial, com o Pacto Federativo. É nele que estão os meios para criar o programa que inicialmente foi batizado de Renda Brasil ou um Bolsa Família vitaminado, que será o principal ativo do presidente Jair Bolsonaro nas eleições de 2022.

O programa será um “tiro de bazuca” na oposição, de acordo com um interlocutor do ministro da Economia, Paulo Guedes. Por isso, os ruídos em torno de suas fontes de financiamento irritaram tanto o presidente, colocaram na linha de tiro o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, e respingaram no ministro.

As declarações do secretário, primeiramente ao **Valor**, informando que a desindexação das aposentadorias poderia financiar o Renda Brasil, e depois ao portal G1, falando também em restringir o acesso ao seguro-desemprego, foram consideradas desastrosas. Trouxeram uma aura de impopularidade ao programa. Além disso, na visão de fontes do Executivo, colocaram lenha numa fogueira instalada para impedir que o governo capitalize os resultados do novo programa social.

As chamadas são direcionadas a Guedes, acreditam essas fontes, que integra a linha de frente do governo. O ministro é o ponto de intersecção de Bolsonaro com o empresariado, a mesma base que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tenta atrair com sua atuação em favor das reformas econômicas.

O diálogo entre Guedes e Maia, que foi fundamental para a aprovação da reforma da Previdência, está interrompido. Foi-se deteriorando com o andamento da agenda eleitoral. A aproximação do DEM com o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), virtual opositor de Bolsonaro no pleito de 2022, só fez crescer o afastamento.

Guedes sabe que é alvo dos potenciais opositores de Bolsonaro. Também enfrenta disputas com ministérios que querem mais orçamento, como ocorreu com todos os seus antecessores. No entanto, tem boa parte do empresário a seu favor e sabe que isso é valorizado pelo presidente.

Na terça-feira, quando o mercado se alarmava mais uma vez com a possível saída do ministro, Guedes apareceu muito calmo num evento virtual do setor de telefonia

e recomendou que não se prestasse atenção no barulho, e sim na direção das coisas.

A ideia de começar com um Renda Brasil mais modesto, próximo do Bolsa Família, e depois fortalecê-lo à medida que forem viabilizadas fontes de financiamento, já estava colocada há pelo menos duas semanas. Essa trilha não foi abandonada.

Na mesma palestra, o ministro da Economia deixou claras suas prioridades. Uma é a desoneração da folha. Guedes repetiu que a tributação sobre salários tem todos os defeitos que os especialistas levantam para criticar a CPMF. Como costuma dizer, trata-se de trocar um tributo cruel por outro que é feioso, mas vai favorecer o emprego.

Técnicos informam que, para que o tributo seja palatável, com uma alíquota baixa, terá de ter uma base de arrecadação mais ampla do que a da CPMF.

O ministro também defendeu a desindexação, desvinculação e desobrigação, que estão na base da irritação de Bolsonaro com Waldery. O caminho para criar um programa social forte e que não rompa com o teto de gastos passa por essas medidas.

No Congresso Nacional, a expectativa é que seja instalada, na próxima terça-feira, a comissão mista de Orçamento. A pressão para a retomada das atividades do colegiado se intensificou nas últimas semanas, quando o governo enviou sua proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano que vem, mas até agora os deputados e senadores não iniciaram as discussões a respeito da peça.

(Colaboraram Renan Truffi e Vandson Lima)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

Tributos suspensos em abril foram pagos em agosto, indica estudo

Dados preliminares afastam receio de que inadimplência ou insolvência pudesse trazer impacto ainda mais forte à arrecadação federal

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

17/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Dados preliminares da arrecadação federal dão indícios de que os recolhimentos de tributos de abril que tiveram exigência suspensa naquele mês em razão da pandemia foram pagos em agosto, conforme a agenda prevista, afastando ao menos a princípio o receio de que a inadimplência ou insolvência pudesse trazer impacto ainda mais forte à arrecadação federal e ao já elevado déficit primário esperado para este ano.

A análise é dos economistas Juliana Damasceno e Matheus Rosa Ribeiro, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), com base em dados do Siafi, sistema eletrônico que registra as receitas e despesas da União.

A União permitiu a suspensão temporária nos meses de abril, maio e junho dos recolhimentos de PIS, Cofins e contribuição previdenciária patronal. Esses tributos tiveram os vencimentos adiados, respectivamente, para agosto, outubro e novembro. Em agosto, portanto, foram pagos os tributos devidos no mês e os que haviam sido suspensos em abril. Espera-se, portanto, que a perda atípica de receita em abril como resultado do adiamento seja, de alguma forma, similar a um aumento atípico da arrecadação em agosto. Segundo os dados do Siafi, explica Juliana, a arrecadação de PIS, Cofins e contribuição previdenciária nos meses de abril e agosto ficou 13,6% abaixo, em termos reais, dos recolhimentos de iguais tributos nos mesmos meses do ano passado.



Ads by Teads

Trata-se, diz ela, de uma queda muito próxima aos 15,6% de redução real de julho, para os mesmos tributos, também na comparação interanual. Julho, aponta a economista, foi usado como um mês de referência para aferir o efeito da atividade econômica na arrecadação, já que foi o primeiro mês cheio sob o impacto da pandemia em que não houve nem adiamento de tributos nem recolhimento de contribuições de meses anteriores.

Apesar da queda real de arrecadação como reflexo da atividade, a “boa notícia” está nos primeiros indícios mostrando que os tributos que tiveram os recolhimentos adiados foram pagos em agosto. Havia uma preocupação da equipe econômica, ressalta ela, em relação à inadimplência no pagamento desses tributos adiados, o que poderia levar a um programa de refinanciamento desses tributos, que seriam saldados apenas no início do ano que vem. Isso traria impacto ainda mais forte à arrecadação e ao resultado fiscal deste ano.

Juliana explica que os dados do Siafi não permitem ver o que foi o recolhimento ordinário de agosto e o atípico. Ela ressalta, porém, que a arrecadação com contribuições ao PIS/Cofins e a previdenciária subiram 14% em agosto contra igual mês de 2019, o que indica pagamento de tributos diferidos. Ao mesmo tempo, na mesma comparação, os demais tributos federais arrecadados caíram 12,2%.

Mesmo com indicadores mostrando a retomada do comércio e alguma reação menor em serviços, explica Juliana, não se deve esperar uma resposta da arrecadação em igual ritmo. A elasticidade da arrecadação é menor ainda em momentos de crise, principalmente num cenário em que o consumo foi fortemente afetado e que o crédito não chegou às empresas. Sem liquidez suficiente, elas

Mudança em lei facilita dedução de dívidas do cálculo do Imposto de Renda

Empresa no lucro real não precisa mais de ação de cobrança para abatimento de créditos

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

17/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Lucinéia Possar: “Continuamos cobrando o nosso crédito, mas agora com uma nova opção e eficiência operacional” — Foto: Divulgação

Uma alteração em lei tributária de 1996 vai facilitar a dedução, pelo contribuinte, de dívidas de difícil recuperação da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL. A medida vale para empresas no lucro real, com faturamento anual acima de R\$ 78 milhões, que não terão mais a obrigação de ajuizar ação de cobrança para fazer posteriormente o abatimento e reduzir a tributação. Bastará agora protestar o débito em cartório.

A mudança veio com a edição da Lei nº 14.043, de agosto, que institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. A norma alterou o artigo 9ª da Lei nº 9.430, de 1996, e alcança dívidas sem garantia de mais de R\$ 100 mil ou com garantia, vencidas há mais de dois anos, de mais de R\$ 50 mil.

A medida traz grande impacto para os bancos, que lidam com muita inadimplência e pagam cerca de 45% de Imposto de Renda e CSLL. O Banco do Brasil, por exemplo, estima reduzir em 30% a média de 40 mil ações de cobrança que até então levava anualmente ao Judiciário.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

“Todas as empresas no mercado financeiro têm um estoque razoável de processos judiciais”, afirma Lucinéia Possar, diretora jurídica do Banco do Brasil. Ela prevê economia com a redução da judicialização. “Haverá diminuição de despesas operacionais em todo o mercado financeiro. Continuamos cobrando o nosso crédito, mas agora com uma nova opção e eficiência operacional.”

O número total de ações no país deve cair com a medida, segundo advogados. O Brasil fechou 2019 com cerca de 77 milhões de processos em tramitação, conforme

o relatório Justiça em Números 2020, divulgado recentemente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“As empresas passavam um nervoso enorme com dívidas que sabem que não vão receber”, afirma Flávio Sanches, sócio do escritório CSMV Advogados. A possibilidade de protestar, acrescenta, desburocratiza porque elimina a necessidade de advogado, ir à Justiça e pagar custas. “Simplifica. Você não precisa de uma ação de faz de conta, que precisa manter por cinco anos.”

De acordo com João Alves, responsável pela Área de Desjudicialização do Banco do Brasil, o protesto dispensa uma série de operações internas, como juntada de documentos e petições. “Como empresa e docente, comemoramos que a lei tirou o incentivo à judicialização. Isso reduz o custo Brasil”, afirma.

O protesto já era permitido para a recuperação de créditos, mas não possibilitava, pela regras antigas, a dedução fiscal. Por isso, muitas empresas nem levavam a medida em consideração e partiam diretamente para o Judiciário.

“O legislador está colaborando para reduzir o volume de ações judiciais”, afirma o advogado Leandro Cabral e Silva, sócio do escritório Velloza Advogados. Ele acrescenta que as empresas da área financeira acabavam tendo que lidar com muitas ações judiciais e o protesto facilita o cumprimento do requisito para retirada da base de tributação.

Ainda segundo o advogado, a possibilidade de dedução dos valores neutraliza a cobrança. “A empresa não recebeu, de fato, então tem que tirar da base”, diz. Ele acrescenta que não é fácil gerenciar o cumprimento dos requisitos para o abatimento. Existem casos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), afirma, em que a Receita mantém a tributação por causa do descumprimento das regras. “O principal requisito exigido era ter a ação judicial para cobrança.”

O advogado pondera que o texto limita às perdas ocorridas após outubro de 2014 e não deveria haver tratamento diferenciado. “Isso deixa uma complexidade no tratamento de perdas porque para as de antes de 2014 precisam da ação judicial”, diz. “Já existe dúvida no mercado se seria possível utilizar o protesto nas dívidas anteriores.”

Com a antiga necessidade de ações judiciais, afirma Silva, era preciso ter alguém na empresa para controlar o cumprimento dos requisitos exigidos - ver se há garantia na ação, há quanto tempo o débito está vencido etc. “Manter processo de cobrança fora do Judiciário é muito mais prático”, diz.

A mudança “facilita para todo mundo”, afirma Edison Fernandes, sócio do escritório FF Advogados. Facilita especialmente porque, por conta da pandemia, ocorreu muita inadimplência, segundo o advogado. “Muitas empresas ingressavam com a execução judicial dos títulos só para deduzir o valor do IRPJ e da CSLL e, muitas vezes, sem nem saber onde estava o devedor.”

A nova regra, de acordo com o advogado Breno Vasconcelos, sócio do escritório Mannrich Vasconcelos, será adotada por muitas empresas que estão no regime do lucro real, “ainda mais agora na pandemia, com o recorde de falências que temos”.

Já era possível protestar, acrescenta, mas a prática não tinha efeito sobre a base do IRPJ e da CSLL. “É uma mudança procedimental. Não é preciso mais contratar advogado, ajuizar ações e pagar custas. Há uma economia no procedimento para reconhecer essas perdas”, diz. “Para protestar, basta apresentar título em cartório e registrar. A própria empresa pode fazer isso.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Lojas de Salvador vendem grátis em marketplaces com este app

OLIST

LINK PATROCINADO

Novo dispositivo acaba com latido irritante em segundos

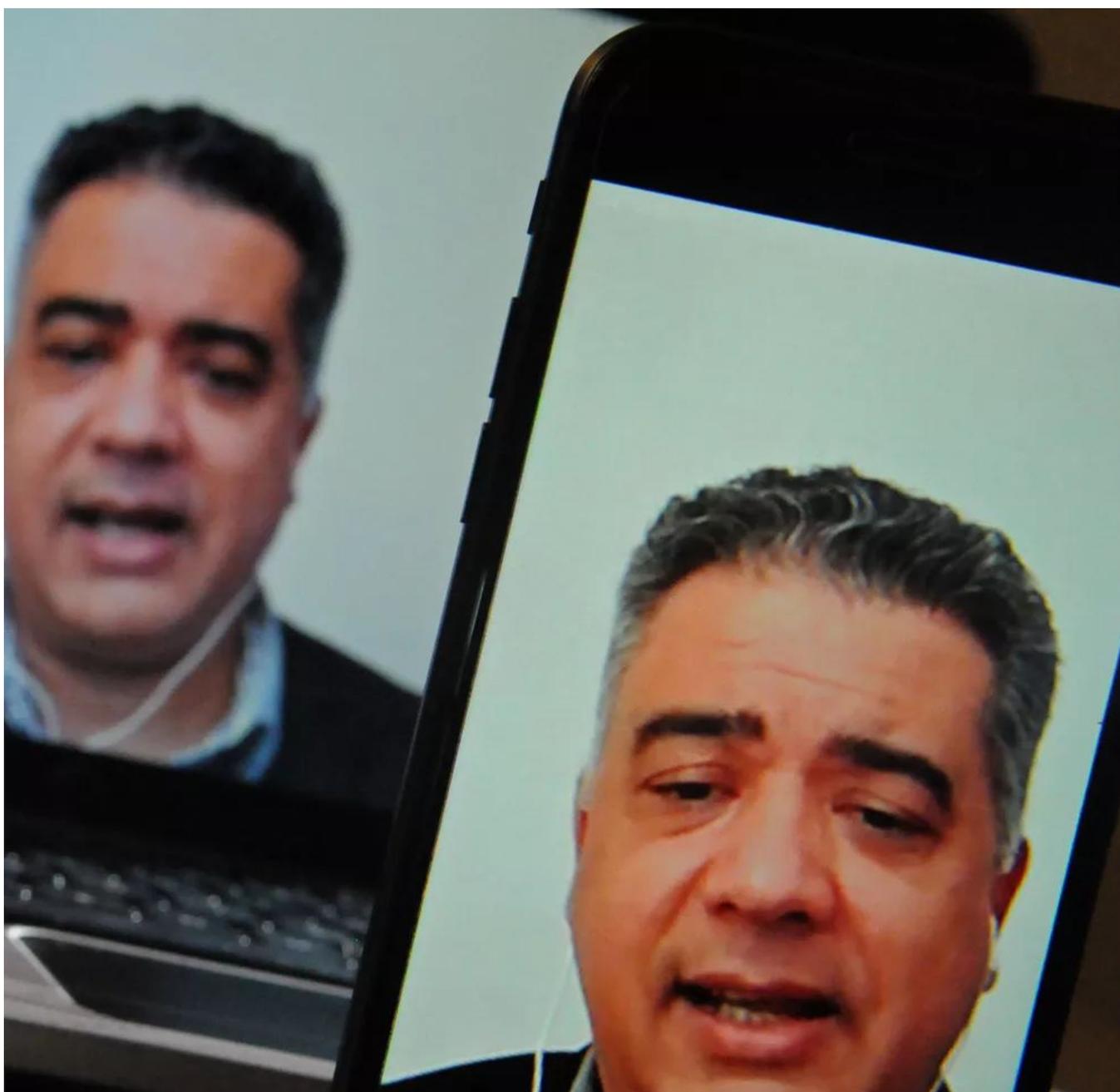
SILENPRO

Planos instituídos somam R\$ 12 bilhões

Voltados a associações e familiares, planos não têm patrocinador e possuem regras diferenciadas

Por **Juliana Schincariol** — Do Rio

17/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



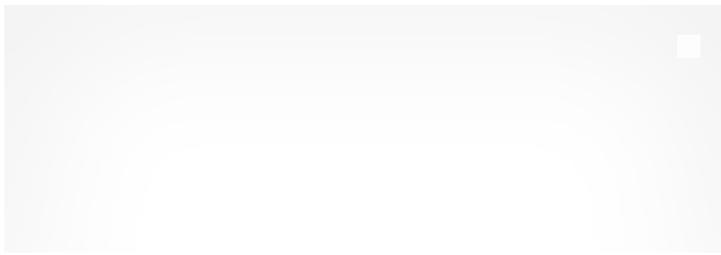


Wagner Nascimento, da Previ: campanha para atrair novos participantes — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Fundos de pensão como a Vivest (ex-Funcesp) apostam nos fundos instituídos - ligados associações de classe, sindicatos de trabalhadores e cooperativas para profissionais filiados e sem a figura do patrocinador - para continuar crescendo. Um dos ramos deste tipo que vem se consolidando são os planos voltados para familiares, foco, por exemplo, da Previ (Banco do Brasil).

Segundo dados da Previc, regulador do setor, o patrimônio dos planos instituídos cresceu de R\$ 750,8 milhões ao fim de 2010 para mais de R\$ 12 bilhões em junho de 2020. Somente com relação aos planos família, a Abrapp, associação que representa os fundos de pensão, estima que possa chegar a R\$ 2 bilhões em cinco anos.

Além de já possuir o plano família, voltado para parentes de participantes, a Vivest fechou um acordo com o Conselho Regional de Economia (Corecon), de São Paulo, e pode atingir até 20 mil associados. O plano é inicialmente voltado para os associados em São Paulo, mas a ideia é estendê-lo para outros Conselhos Regionais de Economia no Brasil, disse o presidente da fundação, Walter Mendes. A ideia é atrair pelo menos 5 mil participantes para este novo plano. “Também estamos conversando com outras entidades”, disse Mendes. Para tornar o plano mais atrativo será possível fazer resgates de 20% do patrimônio a cada dois anos, a partir do terceiro ano de contribuição.



As fundações precisam começar a entender que o fundo instituído é um produto e exercer um papel comercial, segundo Taís Campos, que lidera a área de distribuição institucional da XP. “É preciso tornar os produtos mais atrativos para concorrer com outros produtos de previdência”, afirmou.

Outra entidade que se volta para os planos instituídos é a Fipecq Previdência, fundo de pensão ligado a entidades como Ipea, CNPQ, Inpa, Inpe e Finep. A fundação montou um plano para atender o Conselho Federal de Administração (CFA) que tem cerca de 400 mil associados, vinculados aos conselhos regionais de administração de todo o país. “Estamos trabalhando nos primeiros 12 meses para colocar 4 a 5 mil pessoas para dentro plano. Existe um timing natural de conhecimento e convencimento das pessoas”, afirmou o diretor presidente da Fipecq Previdência, Claudio Munhoz.

Na Vivest, o plano para associados do Corecon será o segundo dentro do modelo instituído, já que a fundação lançou um plano família há pouco mais de um ano e tem R\$ 5 milhões de patrimônio. Com a pandemia do coronavírus, houve um impacto em novas adesões, mas a fundação vem trabalhando para retomá-las, afirmou Mendes, presidente da entidade.

O coronavírus também afetou os planos de lançamento do plano família da Previ, maior fundo de pensão do Brasil; mas, passado o pior momento da pandemia, haverá uma nova campanha para atrair novos participantes, segundo o novo diretor de seguridade da fundação, Wagner Nascimento.

“Não houve uma campanha massiva de comunicação, mas a previsão de patrimônio já foi superada”, disse Nascimento, diretor eleito pelos participantes, que tomou posse no fim de agosto. Já são pouco mais de 1 mil inscritos e R\$ 9 milhões sob gestão, um número ainda ínfimo perto do patrimônio da Previ, que chega perto de R\$ 200 bilhões. O objetivo, segundo Nascimento, é ser mais flexível. Além de poder

fazer um plano de previdência para filhos e netos, o próprio participante pode fazer outro plano.

“A taxa de carregamento é zero e a taxa de administração é regressiva à medida que o plano ganha escala”, disse Nascimento. O plano família vem sendo discutido na fundação há quase dez anos, mas segundo ele não há a intenção, na Previ, de criar outros planos com multipatrocínio, acrescentou.

Hoje há 20 planos familiares, com patrimônio de R\$ 206 milhões, segundo a Abrapp. Um levantamento da associação apontou que 20% das entidades pesquisadas já estruturaram esses planos e estão em fase de aprovação na Previc. Outros 42% estão em aprovação interna ou planejamento.

Leia reportagens sobre investimentos e finanças pessoais no site www.valorinveste.com

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

SALVADOR de adeus as enxaquecas.

SONEXX

LINK PATROCINADO

Lojas de Salvador vendem grátis em marketplaces com este app

OLIST

LINK PATROCINADO

Novo dispositivo acaba com latido irritante em segundos

Senadora defende que reforma valha para atuais servidores

Senadora defende que apenas as carreiras de Estado, exclusivas do poder público, tenham estabilidade

Por **Cristiane Agostine** — De São Paulo

17/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





Senadora Kátia Abreu (PP-TO): "O privilégio é moralmente indefensável" — Foto: Claudio Belli/Valor

Integrante da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, a senadora Kátia Abreu (PP-TO) disse ontem que as mudanças nas regras para promoção e aumento salarial do funcionalismo público poderão valer para os atuais servidores.

Ao participar de "live" do **Valor**, a senadora disse que é preciso ter critérios claros para analisar o desempenho dos servidores e determinar as promoções na carreira.

A parlamentar afirmou que parte significativa dos servidores públicos da União recebe promoções e "sobe rapidamente" na carreira, e isso prejudica a produtividade. "Que estímulo [os servidores] têm para se esforçarem, se empenharem se chegam no topo da carreira em 10, 15 anos?", questionou. "Teremos análise de desempenho. Os que estão estáveis terão que comprovar que são cumpridores das metas estabelecidas", disse.

Kátia defendeu que apenas as carreiras de Estado, exclusivas do poder público, tenham estabilidade. Como exemplo de servidores que não deveriam ter estabilidade, citou auxiliares administrativos e secretários.

Segundo a senadora, um dos pontos mais importantes da reforma administrativa é determinar o que é "o baixo desempenho" dos servidores públicos. "Quando normatizarmos isso, vai ficar fácil tirar a estabilidade do servidor e ele sair do serviço público", disse. "O grande mal da estabilidade é que perdemos o rumo das coisas, o fio da meada. Não tivemos um órgão administrador do RH do país. A estabilidade virou automática", afirmou. A senadora disse que as exonerações por incompetência são poucas, apenas 0,4% do total.

A parlamentar defendeu também a manutenção do estágio probatório para quem ingressa no serviço público e disse que a estabilidade não pode ser motivo de "alento ou acomodação".

Segundo Kátia, é preciso criar uma agência reguladora independente, nos moldes do Banco Central, para gerir os servidores públicos.

A senadora afirmou que as novas regras, que estão sendo debatidas na proposta de reforma administrativa, deverão cortar privilégios mas não afetarão benefícios garantidos. Ao explicar o que são os privilégios, citou as férias de 60 dias de juízes e integrantes do Ministério Público, os “penduricalhos” nos salários, que ampliam o rendimento para além do teto de R\$ 35 mil brutos mensais, e a progressão na carreira com aumento salarial. “O privilégio é moralmente indefensável”, afirmou.

Kátia disse que a reforma deve valer para todos os servidores de Estados, municípios e da União, dos Três Poderes.

O debate sobre a reforma administrativa tem gerado inúmeras críticas de servidores. Durante a “live”, a senadora e a proposta em debate no Congresso foram alvo de contestações de internautas. Kátia, no entanto, rebateu as críticas e afirmou que há muita “resistência e preconceito bobo”. Segundo a senadora, o Congresso não quer “crucificar o servidor”. “Teremos economias importantíssimas sem cortar direitos.”

Segundo a senadora, o país gastou no ano passado R\$ 930 bilhões com todos os servidores da União, Estados e municípios.

Os salários dos servidores da União são mais altos do que nos demais entes federativos, afirmou a parlamentar, e a média do rendimento inicial é de R\$ 10 mil, com a perspectiva de “subir rápido” na carreira. Os municípios têm 57% dos servidores, os Estados têm 32% e a União, 11%.

Kátia afirmou que a reforma poderá promover a redução de despesas da ordem de R\$ 540 bilhões ao longo de dez anos e explicou como seria feita essa diminuição dos gastos. Se o salário inicial baixar de R\$ 10 mil para R\$ 5 mil, em média, a economia seria de R\$ 120 bilhões em dez anos. Com a proibição de superssalários, com penduricalhos que ultrapassam o teto, seriam economizados mais R\$ 100 milhões nesse período. O fim das férias de 60 dias gerariam uma redução de R\$ 40 bilhões em dez anos, e a proibição de promoções e progressões automáticas, mais R\$ 280 bilhões em economia em dez anos.

SP retoma leilões com projetos de R\$ 7,3 bi

Para dar segurança a investidores, governo Doria prevê regra que compartilha risco de demanda

Por Daniel Rittner — De Brasília

17/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Vice-governador Rodrigo Garcia: "Vários grupos estão nos procurando e reafirmando o interesse pelos leilões" — Foto: Divulgação/Governo do Estado de São Paulo

Depois de um semestre cheio de problemas, enfrentando as consequências da pandemia, o governo João Doria (PSDB) pretende impulsionar sua agenda econômica e retomar os leilões de infraestrutura em São Paulo.

A meta é destravar investimentos de R\$ 7,3 bilhões em seis projetos que tiveram o lançamento de seus editais recém-aprovado pelo conselho gestor de parcerias

público-privadas do Estado.

Novas concessões

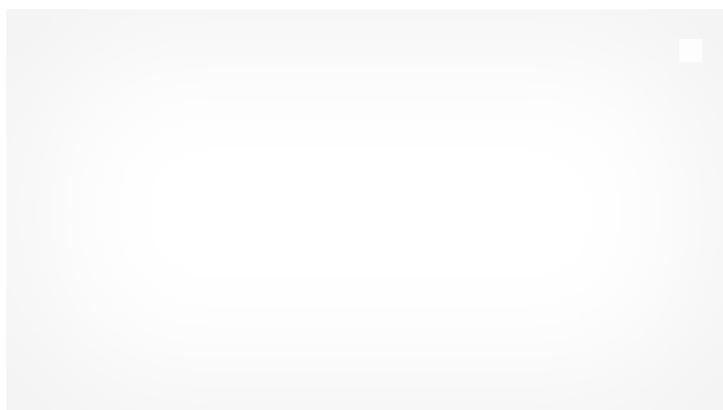
Os seis projetos que serão retomados

Projeto	Investimentos (em R\$ milhões)	Publicação do edital
■ Caminhos do Mar	18,5	Setembro
■ Zoológico e Jardim Botânico	250,0	Outubro
■ Linhas 8 e 9 da CPTM	2.600,0	Novembro
■ Complexo Desportivo do Ibirapuera	962,0	Novembro
■ Aeroportos Regionais	410,3	Dezembro
■ Rodovias do Litoral	3.100,0	Dezembro

Fonte: Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP)

“Vários grupos estão nos procurando e reafirmando o interesse pelos leilões”, disse ao **Valor** o vice-governador Rodrigo Garcia (DEM), ao justificar a decisão de avançar na oferta de ativos para o setor privado, mesmo diante de incertezas em torno da velocidade de recuperação da economia.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Todos os editais, segundo Garcia, estão previstos para até o fim do ano. Ele calcula em 60 dias, na média, o tempo entre a publicação dos documentos e a realização dos leilões. Sua equipe já procura datas, na B3, para os certames. As disputas devem ocorrer no primeiro trimestre de 2021.

Um dos editais mais aguardados pelo mercado é o das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Ele sairá em novembro, conforme o cronograma aprovado pelo conselho gestor, e a concessão exigirá investimentos de R\$ 2,6 bilhões.

Uma das principais novidades será a maior proteção contra o risco de demanda. O objetivo é dar mais segurança a potenciais investidores por causa das incertezas em torno da recuperação econômica no pós-pandemia.

As concessões e PPPs de transportes sobre trilhos em São Paulo já têm uma cláusula contratual de compartilhamento do risco entre as partes, um mecanismo de “bandas” de demanda, pelo qual o concessionário é parcialmente compensado por quedas muito expressivas na movimentação de passageiros. Isso eleva a previsibilidade no fluxo de caixa.

O que se estuda agora é “ampliar substancialmente” essa proteção, sobretudo no período inicial da concessão. Ainda não estão claros os efeitos da pandemia sobre a mobilidade das pessoas, com o uso crescente do teletrabalho, nem mesmo se a economia terá uma recuperação mais ou menos veloz. Sem falar na possibilidade de atraso da vacina e de novas ondas de contaminação.

Por isso, a equipe responsável pela estruturação das concessões no governo Doria acredita que é hora de compartilhar, de o Estado assumir uma parte maior dos riscos, de modo a não afastar nenhum investidor nem diminuir as chances de sucesso dos leilões.

Garcia considera a hipótese de estender esse mecanismo para outros duas concessões prioritárias: o lote Rodovias do Litoral e 22 aeroportos regionais. “O risco de demanda é mais claro na mobilidade, mas não descartamos para esses dois projetos”, afirma.

Em ambos os casos, o conselho deu sinal verde para o lançamento dos editais definitivos em dezembro. O lote Rodovias do Litoral receberá investimentos de R\$ 3 bilhões em trechos da SP-98 (Mogi-Bertioga), da SP-88 (Pedro Eroles) e da SP-55 (Padre Manoel da Nóbrega e Cônego Domênico Rangoni/Rio-Santos). São cerca de

90 quilômetros de duplicação e 108 quilômetros de vias marginais, além da implantação de acostamentos, novos acessos, passarelas e ciclovias, entre outros.

A concessão dos 22 aeroportos administrados pelo Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp) prevê desembolsos de R\$ 410 milhões e foi dividida em dois blocos. Um tem nove terminais (com Ribeirão Preto como carro-chefe) e outro soma 13 unidades (liderado por São José do Rio Preto). Antes da pandemia, os estudos indicavam crescimento de 230% do volume de passageiros nos 30 anos de contrato.

Garcia destaca dois fatores - o real desvalorizado e a liquidez internacional - ao explicar por que está otimista com o sucesso dos leilões. “Os juros no mundo estão negativos em boa parte do mundo e o capital procura bons investimentos de longo prazo”, afirma. Já o câmbio atual favorece lances de grupos estrangeiros.

As outras três concessões são o Caminhos do Mar (núcleo no Parque Estadual Serra do Mar), com chances de leilão ainda neste ano, o complexo esportivo do Ibirapuera (incluindo uma remodelação completa do ginásio) e o Zoológico-Jardim Botânico.

Em abril, um parecer da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) permitiu a realização de audiências públicas em ambiente virtual e o avanço dos preparativos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

Uma em cada três cidades com Orçamento maior que R\$ 1 bilhão está em São Paulo

92 prefeituras tinham verba bilionária em 2019, ante 87 no ano anterior

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

17/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Gilberto Perre, da FNP: federalismo fiscal está baseado em conceitos ultrapassados como “cidade grande é rica” — Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

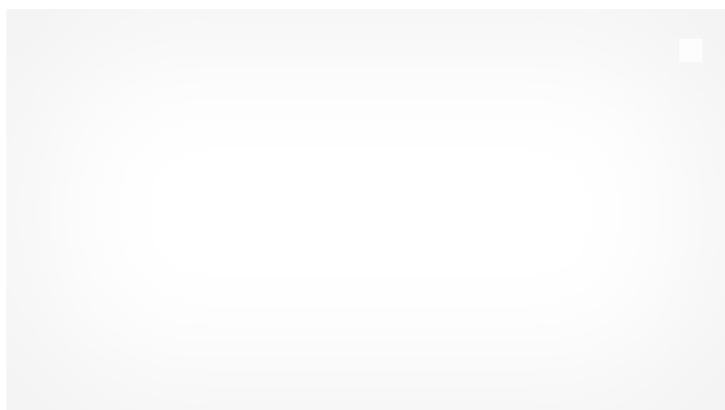
Entre os 92 municípios brasileiros “bilionários”, quase um terço está no Estado de São Paulo. A lista de cidades com receita orçamentária superior a R\$ 1 bilhão cresceu em 2019, segundo indica levantamento do Observatório de Informações

Municipais (OIM). Passou de 87 cidades, em 2018, para 92, mas o predomínio de São Paulo na lista se manteve praticamente inalterado.

Campinas, por exemplo, ficou com a nona posição no ranking de maiores receitas orçamentárias do país em 2019, à frente de capitais como Goiânia e Recife. No quesito receita orçamentária dividida pela população, cinco cidades paulistas aparecem entre os dez municípios mais bem colocados.

A campeã, na comparação per capita, é Paulínia (SP), graças à refinaria da Petrobras no município. Também aparecem nessa relação as cidades paulistas de Barueri, São Caetano do Sul, Santana de Parnaíba e Cubatão.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

“Não resta dúvida de que não apenas a concentração industrial, mas a riqueza da população aliada à dinâmica econômica faz com que no Sudeste - e em São Paulo - tenhamos maior número de casos [de municípios ‘bilionários’]. Há também o fator da concentração urbana na região”, explica o consultor François Bremaeker, gestor do OIM.

No cômputo geral, 30 das 92 cidades brasileiras com orçamento bilionário em 2019 estavam situadas em São Paulo. Em 2018, eram 29.

Bremaeker frisa que, entre os dez municípios de maior receita orçamentária per capita, metade se beneficia do fluxo de royalties do petróleo (caso dos fluminenses Maricá e Macaé) ou da atividade de refino da commodity (Cubatão, Paulínia e a paranaense Araucária). Barueri é favorecida por uma guerra fiscal com o município

de São Paulo travada em torno do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Assim como Barueri, Santana de Parnaíba engloba parte do bairro de Alphaville, conhecido por abrigar condomínios de altíssimo padrão. Já São Caetano do Sul é beneficiado pela vitalidade econômica da região do ABCD paulista, da qual faz parte.

Bremaeker destaca que não há uma capital sequer entre as dez cidades com maior receita orçamentária por habitante. Embora quase todas as capitais contem com orçamento superior a R\$ 1 bilhão, a receita acaba sendo diluída por um número de habitantes maior, já que as capitais tendem a concentrar população.

“Nosso federalismo fiscal tem muitas iniquidades. Está baseado em conceitos da década de 60 já ultrapassados”, argumenta Gilberto Perre, secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). “Parte do pressuposto, por exemplo, de que a cidade grande é rica, e a pequena, pobre.”

Dono do segundo maior orçamento entre as prefeituras do país em 2019, o Rio de Janeiro ocupava apenas a 55ª posição no ranking de receita per capita. Dividindo-se a receita orçamentária total do Rio no ano passado (R\$ 24,73 bilhões) pela população estimada (6,71 milhões de habitantes) chega-se a um valor per capita de R\$ 3.681,08. O número está relativamente próximo da média nacional. No ano passado, a receita orçamentária per capita para o conjunto dos municípios brasileiros, incluindo os “bilionários”, foi de R\$ 3.574,35.

Perre defende que - para além das desigualdades naturais entre cidades - é necessário pensar “a qualidade da arrecadação no conjunto dos territórios”. Dentro dessa lógica, a FNP é favorável à criação de um índice para aferir a eficiência das prefeituras na arrecadação de receita própria. O indicador mediria a capacidade contributiva de um determinado território, o que poderia ser usado para balizar a distribuição de recursos federais, por exemplo.

“O imposto negligenciado num determinado território é pago pelo habitante do território vizinho”, argumenta ele, referindo-se à oferta de serviços básicos como educação e saúde pelas prefeituras, que acaba por atrair habitantes de cidades próximas onde o atendimento é pior.

‘Copom reforça urgência de tratar questão fiscal’

Para Gelbaum, a supervisão do Banco Central vem sendo feito de uma forma prudencial bastante ativa

Por **Marcelo Osakabe** — De São Paulo

17/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



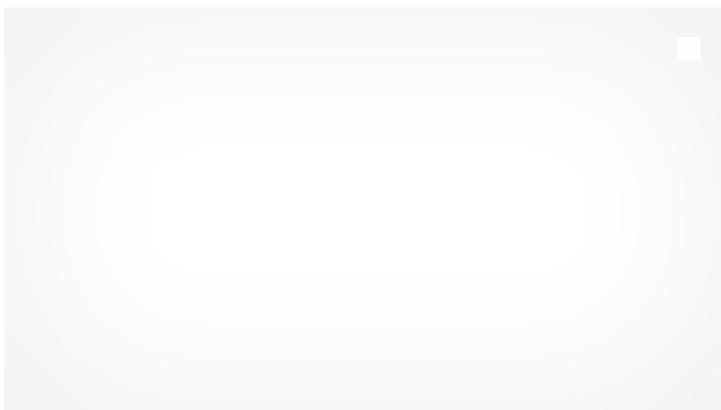
Solange Srour, do Credit Suisse: “Se o panorama virar, qualquer choque negativo vai reverberar muito mais forte no país” — Foto: Silvia Zamboni/Valor

O comunicado da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) mantém basicamente a mesma mensagem de seu último encontro, a de que a perspectiva fiscal brasileira precisa ser enfrentada de maneira mais decisiva nos próximos meses. Caso contrário, o país fica vulnerável a situações como a que começamos a ver recentemente, em que choques de oferta de curto prazo acabam repercutindo exageradamente sobre o prêmio de risco que investidores pedem para manter títulos do governo brasileiro ou sobre as expectativas de inflação. A avaliação é da nova economista-chefe do Credit Suisse, Solange Srour.

Em sua primeira entrevista desde que assumiu o cargo no banco suíço, há pouco mais de uma semana, Solange afirma que a questão fiscal para 2021, incluindo aí algum projeto nos moldes do Renda Brasil, pode ser enfrentada aprovando “uma espécie de ponte”, como a PEC dos gatilhos.

Já a indicação do Federal Reserve (Fed, banco central americano) de que irá manter juros perto de zero até 2023 pode dar mais tranquilidade ao país para tocar as reformas. Mas é preciso aproveitar essa janela porque ela pode fechar rapidamente. “Se o panorama virar, qualquer choque negativo de liquidez vai reverberar muito mais forte no Brasil por causa das vulnerabilidades do país hoje”, alerta.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Veja, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: *Como viu o comunicado?*

Solange Srour: O comunicado foi bem parecido com o anterior. A novidade marginal é que o Copom reconhece que a inflação vai subir por um choque

temporário de oferta. Subentende-se que esse choque não vai gerar uma reação de política monetária, pois o BC só reage se isso passar para os demais preços e expectativas. O balanço de riscos enfatiza que a ociosidade está concentrada no setor de serviços, o que tende a levar a inflação para baixo. No todo, o Copom mostra-se tranquilo com o cenário inflacionário.

Valor: *As surpresas com os choques de preços, como de alimentos, não deveriam preocupar?*

Solange: É preciso entender que, no Brasil e emergentes em geral, as expectativas são correlacionadas com a trajetória da inflação corrente. Elas podem desancorar se, em um ambiente de pouca credibilidade, os agentes começarem a inferir que o BC não vai subir juros porque isso impacta a confiança ou pode tornar a dívida insustentável. Em um cenário normal, sem crise da covid-19 e sem uma dívida pública nos atuais níveis, um choque como esse não geraria o prêmio de risco que se vê na curva de juros. Isso só acontece porque hoje há essa incerteza em relação à sustentabilidade da dívida, um processo de encurtamento dos prazos e de maior necessidade de rolagem. Isso é negativo porque o BC está justamente, por meio do forward guidance, tentando manter as condições financeiras mais frouxas. O Brasil vai precisar mostrar através de ações, mais do que de discursos, que voltará a trilhar uma trajetória fiscal responsável após a crise. É o que o BC diz, o piloto da política monetária continua sendo o fiscal.

Valor: *Nos últimos dias, houve uma reviravolta em relação à criação do Renda Brasil, cujo futuro agora é desconhecido. Isso traz mais incerteza ao cenário fiscal?*

Solange: Acredito que, por um problema de comunicação, deve haver um atraso na discussão sobre o benefício, mas ele deve ser aprovado ainda este ano. Em nenhum momento acreditei que esse maior gasto social não fosse existir. Ele é algo bastante justificado, dada a situação que vamos viver nos próximos anos. Essa crise tem impactos mais estruturais que conjunturais. A taxa de desemprego no Brasil deve demorar a cair porque ocorreu uma série de mudanças na forma como se produz, com vários avanços tecnológicos, e o mercado de trabalho brasileiro não é qualificado nem tão flexível para se adaptar rapidamente a isso. Então esse gasto vai precisar acontecer e existe demanda forte do Congresso para aumentá-lo. Ainda na terça-feira, inclusive, lideranças do Congresso reforçaram que vão trabalhar para

criar espaço dentro do teto para acomodar esse programa, que pode se chamar Renda Brasil ou não. Então, isto precisa ser definido até o fim do ano. Caso contrário, temo que o mercado comece a conjecturar alguma extensão do auxílio fora do teto como já o fez com Orçamento de Guerra.

Valor: *E como fazer esse benefício caber dentro do teto para 2021?*

Solange: Essa incerteza não vai ser totalmente resolvida, mas podemos pensar em alguma espécie de ponte, como a PEC dos gatilhos. Ela abre dois anos de espaço no teto, e pode dar maior folga para construir o entendimento sobre o restante da agenda de reformas enquanto temos o auxílio sustentando a demanda. Outras medidas podem ocorrer também. A desvinculação da aposentadoria poderia acontecer, mas de forma diferente da que foi proposta, pegando apenas os salários mais altos, por exemplo.

Valor: *O Fed sinalizou um juro estável perto de zero até 2023. O que isto significa para o Brasil?*

Solange: A decisão do Fed significa um cenário de liquidez internacional bastante favorável a emergentes. Isso é muito favorável ao Brasil, mas o país tem que saber aproveitar o ambiente benigno para fazer reformas e nos levar a um crescimento mais alto no futuro. É preciso primeiro voltar a um cenário de consolidação fiscal efetiva pois, sem ele, nenhuma reforma vai trazer impactos ao crescimento. Depois, aprovar reformas que aumentem a produtividade, como a administrativa e a tributária. É preciso aproveitar essa oportunidade porque ela é incerta. Se o panorama virar, qualquer choque negativo de liquidez vai reverberar muito mais forte no Brasil por causa das vulnerabilidades do país hoje.

Valor: *O Credit Suisse tem uma projeção de Selic voltando a 4% no fim de 2021, bem acima do consenso da Focus. Por quê?*

Solange: Nossa previsão de que o Copom comece a elevar os juros no segundo semestre do ano que vem não tem nada a ver com risco fiscal, é apenas o BC agindo preventivamente e normalizando a Selic para um patamar ainda estimulativo. Vivemos uma inflação em patamares baixos por muito tempo e, com sua elevação